



PORTUGAL DEMOCRATICO

ANO X — N° 110 — S. PAULO, SETEMBRO DE 1966 — REDAÇÃO: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191, — SALA 2 — CAIXA POSTAL — 62 48

Org. Internacional do Trabalho: Pedida Expulsão de Salazaristas



Elementos do Exército de Libertação Nacional da Guiné-Bissau patrulhando no Rio Cacheu - (v. pág. 4)

Publicamos abaixo um comunicado da Juna Revolucionária da F.P.L.N. referente à iniciativa que a mesma tomou de solicitar a expulsão dos delegados do governo fascista português da 50.ª Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra.

“Uma delegação da F.P.L.N. deslocou-se a 50.ª Conferência Internacional do Trabalho, que se realizou em Genebra (Suíça) durante o mês de Junho de 1966, a fim de pedir a expulsão dos delegados fascistas e colonialistas do governo de Salazar, dirigidos pelo Ministro das Corporações, e dos falsos representantes dos trabalhadores portugueses.

A delegação da F.P.L.N. apresentou, em devido prazo, um memorando à Comissão de Verificação de Poderes da Conferência reclamando a expulsão dos delegados salazaristas. Este memorando que cita largamente, por um lado, leis, números e declarações oficiais portuguesas e, por outro lado, numerosos fatos concretos da vida sindical em Portugal prova incontestavelmente a ilegalidade da participação dos delegados fascistas e colonialistas na Conferência, nomeadamente a dos falsos representantes dos trabalhadores portugueses. Este memorando foi apoiado por pedidos semelhantes da Confederação Internacional dos Sindicatos Livres (CISL) e da Federação Sindical Mundial (FSM) que representam a grande maioria do movimento sindical mundial!”

(Continua na pág. 6)

O COLONIALISMO NO BANCO DOS RÉUS

A poucos dias da abertura da XXI sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas sabe-se já que os debates em torno do problema geral do colonialismo ocuparão um lugar primordial nos trabalhos. Entre as questões inscritas na agenda e que cabem nessa rubrica figuram bem entendido as suscitadas pela declaração unilateral de independência da Rhodesia e pela recusa do governo fascista de Lisboa de obedecer às Resoluções do Conselho de Segurança de 31 de Julho de 1963 e de 23 de Novembro de 1965 e de tomar conhecimento das recomendações da Resolução de 9 de Abril do ano corrente.

A irrestrita solidariedade emprestada por Salazar ao governo racista de Ian Smith contribuiu para tornar ainda mais completo o isolamento do fascismo português na ONU. E falamos de isolamento porque, muito embora os grandes monopolios norte-americanos, germano ocidentais, britânicos e franceses estejam decididos a manter o seu apoio à política colonialista de Lisboa, financiando a guerra colonial, os respectivos governos não se sentem em condições de sustentar publicamente Salazar enfrentando a hostilidade da opinião pública africana e mundial. Pode-se portanto desde já prever que uma nova, mais severa e quase unânime condenação do colonialismo português será o resultado dos debates a travar sobre o candente assunto. Devemos, porém, ser realistas. A experiência já demonstrou que as conseqüências práticas das sanções morais da ONU são nulas, não atingindo o principal objetivo visado, isto é, o fim da guerra colonial! Cabe aqui recordar o que os democratas portugueses da América têm sa-

lienciado em seus memoriais às Nações Unidas: somente a imposição pelo Conselho de Segurança ou pela Assembleia Geral ao Governo de Lisboa de medidas práticas adequadas ao cumprimento das suas Resoluções anteriores, tendo em vista o fim imediato da guerra em Angola, em Moçambique e na Guiné — Bissau, pode criar as condições indispensáveis ao estabelecimento de um clima de paz na África Austral. Enquanto as Nações Unidas não enveredarem por esse caminho, Salazar pode permitir-se, como o têm feito até aqui, ignorar sistematicamente as suas Resoluções e ampliar inclusive a sua política de genocídio em África. O eixo Lisboa-Salisbury-Pretória é hoje mais sólido do que há um ano. Discursando recentemente na inauguração de um melhoramento dedicado aos governos fascistas e racistas de Salazar e Verwoerd, o ministro do Interior da Rhodesia, Mark Partridge, exprimiu sem rodeios essa situação, acentuando que Salisbury já teria perdido tudo se não fôsse o auxílio dos seus dois grandes aliados: Portugal e África do Sul.

Não devemos pois mostrar-nos excessivamente otimistas. O fascismo colonialista português estará no banco dos réus da XXI Assembleia da ONU. Mas, a menos que esta se decida a trocar as tradicionais recomendações por medidas concretas, Salazar pouco sofrerá com a condenação da sua política pelos povos de todo o Mundo.

PORTUGAL
DEMOCRATICO

NESTA EDIÇÃO:

- DELEGAÇÃO DA FPLN VISITA 4 PAÍSES — página 2
- LUTAS POPULARES — pg. 5
- CONFERENCIA DA ANISTIA NO CANADÁ — pg. 8
- O PAPA EM FATIMA? — pg. 3
- COLONIALISMO E ANTICOLONIALISMO — página 7

AL
ICO
to Ge
tal das
Inte
é de
ba de
à "ac
es de
Lisboa
estação
bunal
julga
as de
to Po
ngola.
na in-
rrada
anos
is fa-
para
o seu
ial.
a um
AU. O
mero,
criti-
"Em-
lado",
rio de
ha fol
o, re-
ondu-
a, foi
as de
a pre-
dio.
alguns
que
encon-
pes-
junto
quan-
spuita-
lafras
ários
ugue-
e em
pari-
ape-
teiros
vol-
ontra
a foi
Juca
nas
mente
ortu-
cistas
e a
o de
E re-
os da
can-
rdem
PORTUGAL
DEMOCRATICO
R. Conselheiro Furtado, 191 - SP - Brasil

Rumo à vitória

Quem são os donos das
Colónias Portuguesas?

1. Os salazaristas mudaram apressadamente os nomes, chamaram "provincias ultramarinas" às "colónias", rasuraram no dicionário político nacional essa palavra e suas derivadas e, no afã de mentir, de deturpar, de falsificar, esquecem numa hora o que dizem noutra.

Os portugueses ouvem numa mesma sessão Rafael Duque afirmar que a história de Portugal apresenta "séculos de convivência pacífica" com as "populações indígenas" e Adriano Moreira afirmar que a "vida de Portugal tem sido desde sempre, nos oito séculos de existência guerra permanente". Ouvem o embaixador no Canadá afirmar que "somos uma nação africana", ouvem que do Minho a Timor tudo é Pátria portuguesa, para logo lembrarem as palavras de Salazar, dirigindo-se a filhados da Mocidade Portuguesa vindos da Guiné: "a terra onde cresceram e vivem é lá, e a Pátria é cá". Ouvem que a "obra" portuguesa das colónias foi realizada "com a alma abrasada pelo amor de Cristo", foi um verdadeiro "milagre de fraternidade cristã", e logo lembram a directiva do mesmo Salazar manifestada há alguns anos: "a África deve servir a Europa" e são de combater "os humanismos irrefletidos" que visem servir os interesses dos povos africanos (Discurso de Agosto de 1950).

Tentando negar os crimes do colonialismo português, os fascistas escamoteiam apressadamente o corpo do delito e apresentam-se com ar inocente aos olhos do mundo. Do governador de Moçambique, Sarmiento Rodrigues, podemos ouvir que "não é possível discriminar por cores ou por raças", pois, "nem nas estatísticas oficiais se estabelecem tais discriminações" ("O Século" 6-7-66). Leiam as estatísticas (convidava ele) e vejam como jalamos verdade. De fato, quem consulte as estatísticas oficiais publicados depois do começo da insurreição angolana, não vê tais discriminações. Mas, consultando as estatísticas de 1959, ainda aí pode ver a população classificada segundo a cor da pele em todas as colónias; ainda aí pode ler que em Moçambique, numa população total de 5.738.911 habitantes 5.646.957 eram "não civilizados"; que em Angola eram "não civilizados" 4.009.911 no total de 4.145.266 habitantes; na Guiné 502.457 no total de 510.777; em Timor 434.907 no total de 442.378. Nestas quatro colónias, as estatísticas oficiais afirmavam a existência de mais de 10 milhões e 500 mil "não civilizados", no total de 11 milhões de habitantes. Teriam os salazaristas "civilizado", em quatro anos aqueles que não foram "civilizados" em 5 séculos?

Estas habilidades não iludem ninguém. Na ONU, o Garin e o Nogueira vendem durante horas o peixe podre com o mesmo sucesso com que há anos o mesmo Garin falou dos marcanos. Salvo meio dúzia de patrões e cúmplices, todos riem e votam contra. Que seja vergonha para o governo português é uma vantagem; o mal é que essa vergonha atinge o prestígio do nosso próprio país.

2. O fato de que o governo de Salazar continua seguindo uma política colonialista nos moldes tradicionais, quando as outras potências coloniais se viram já obrigadas a fazer concessões no sentido da autodeterminação, é apresentado pelos salazaristas como uma prova da sua força e independência. Mentira também. A verdade é oposta. Se o governo tem conseguido manter até hoje, essa política, isso deve-se a que, por detrás da dominação colonial portuguesa ou de braço dado com ela está a dominação inglesa, americana, alemã, belga, francesa, nas colónias portuguesas e em Portugal. Se não fora isso, há muito as grandes potências teriam abandonado Salazar à sua sorte. Como já em tempos salientamos, "por muito paradoxal que pareça, é a posição de Portugal como país dependente que lhe permitiu conservar até hoje as suas vastas colónias". A atual política colonialista de Salazar, longe de atestar a independência e a "grandeza" de Portugal, atesta o domínio imperialista estrangeiro sobre o nosso país e o papel dos colonialistas portugueses como associados ou agentes das grandes potências imperialistas.

É certo que os grupos monopolistas portugueses conservam importantes posições. Os grandes exploradores do povo português são ao mesmo tempo exploradores dos povos das colónias portuguesas. A CUF é a senhora das oleaginosas da Guiné, do cobre de Angola (mina de Mavóio), de roças em S. Tomé. O Banco Espírito Santo tem também fortes posições em Angola e é um dos grandes de Moçambique, através da Incomati (açúcar) da Companhia dos Algodões que explora, ela só, 100.000 agricultores africanos, da Cassequel, da CADA. O Banco do Atlântico está ligado à elétrica de Revuê e tem interesses nos algodões, nos textéis, no açúcar, nas carnes, nos vidros. Os grupos dos Bancos Ultramarino e de Angola têm parte considerável da exploração colonial, dominando numerosas companhias. Tal como estes, todos os outros grandes grupos financeiros tem os seus setores coloniais.

Mas, apesar destas fortes posições dos colonialistas portugueses, são ainda os imperialistas estrangeiros que têm a parte de leão, explorando as principais riquezas das colónias. Ingleses, americanos e belgas partilham os diamantes, os algodões e os transportes de Angola. Os ingleses reservam o urânio e o carvão e grande parte do algodão, do açúcar, da floresta de Moçambique. Os americanos mandam nos petróleos e no manganês. Os alemães, já de posse do ferro de Angola (Krupp), ganham posições cada vez mais fortes nos minérios, na agricultura, nas carnes, na pesca. Os franceses tomaram conta do fabrico de alumínio (Pechiney). Tal como fazem em relação a Portugal, também em relação às colónias os imperialistas estrangeiros procuram aos olhos do povo português mascarar-se de nacionais. Há tempos podia-se ler no "Século" o seguinte anúncio: "Três empresas nacionais ao serviço do país. Chegou o primeiro petróleo de Angola extraído dos poços da PURFINA, transportado num navio-tanque da SOPONATA, para ser refinado nas instalações da SACOR". Só completa desvergonha pode permitir que se diga aos portugueses que são portugueses e ao serviço do país três grandes potenciais estrangeiros, que exploram o povo português e os povos das colónias portuguesas. A isto chegamos.

Nas colónias portuguesas, tal como em Portugal, os imperialistas estrangeiros associam-se aos monopólios portugueses e, em muitos casos, servem-se deles, como meros agentes. Em larga medida o colonialismo português é um biombo, uma cobertura, dos grandes monopólios internacionais. Tal como em Portugal, a tendência é no sentido de tomarem os estrangeiros posições cada vez mais dominantes. Nas empresas mixtas, aumenta em geral a parte estrangeira e diminui a parte portuguesa.

Na Companhia dos Combustíveis do Lobito, por exemplo, até 1955, 63% do capital era português. Na Companhia Concessionária dos Petróleos de Angola, que substituiu aquela, o capital português foi reduzido a 55%. Esta evolução é favorecida pelo governo fascista.

Atualmente o governo faz um desesperado esforço para atrair novos capitais estrangeiros às colónias portuguesas. "Quanto benefícios pode oferecer à Europa o nosso país (propala o Ministro do Estado) que tem o seu prolongamento em territórios de recursos tão férteis e tão úteis para as outras nações europeias!"

Para animar o capital estrangeiro citam-se com espalhafato os progressos na rapina das riquezas coloniais. A Companhia Mineira do Lobito (alemã), gritam os fascistas, só em Janeiro de 1964 exportou 126.300 toneladas de minério de ferro, o que permite calcular que até o fim do ano o total das suas exportações ultrapassará 1 milhão de toneladas (o dobro do ano anterior). A Companhia do Manganês de Angola (americana), gritam eles, exportou, em 1963, 175.670 toneladas e já firmou contratos para 1964 subindo a 500 mil toneladas. A extração de petróleo de Luanda (belga, americana), — gritam ainda — atingiu em 1963, 800.000 toneladas e ultrapassará 1 milhão em 1964. "E irem e roubarem! O governo português tudo facilita" — tal o chameamento dos salazaristas.

Os objetivos do governo são claros: quanto mais fortes forem as posições dos colonialistas estrangeiros, nas colónias portuguesas, quanto mais elevados forem os capitais aí investidos, maior auxílio tem a esperar os colonialista-salazaristas duma Inglaterra, duma Alemanha Federal, duma dependência. Por vezes os fascistas são bastante francos: "na medida França, dos Estados Unidos, na guerra contra os povos em luta pela independência. Por vezes os fascistas são bastante francos: "na medida em que houver interesses do capital e da indústria estrangeira nas províncias do Ultramar (dizem), mais sólidos apoios internacionais acompanhariam a consolidação da nossa presença civilizadora no continente negro".

Alardeando os investimentos nas colónias, os fascistas procuram também inspirar confiança nas suas possibilidades de aí permanecer. Se os capitalistas, pela mão de Salazar, investem centenas de milhares de contos nas colónias, não significará isso que a posição dos salazaristas é ainda bastante forte? Não seria absurdo pensar que, sendo previsível uma vitória dos nacionalistas, os capitalistas correriam tão forte risco? A verdade é que tais investimentos em nada alteram a perspectiva da vitória dos povos coloniais. Também nas vésperas da libertação de Goa se anunciavam para lá vultuosos investimentos e o governo decretava obras no porto e aeroporto de Dili que custariam 100 mil contos e durariam dois anos. (D. Manhã 27-9-61). Dois meses depois terminou o domínio colonial português na Índia. Os capitalistas acorrem, por um lado, porque têm sempre esperança de que os seus capitais sobrevivam nos novos estados independentes sequiosos de dinheiro e de técnica; por outro lado, porque os capitalistas (inquietação pelo futuro) podem refazer em pouco tempo os seus capitais. Pois não declarou em outubro último o subsecretário de Estado do Fomento Ultramarino que a "taxa de risco" dos investimentos nas colónias é "largamente compensada" pelos lucros que podem garantir?

Durante muitos anos o governo insistiu em que não entraria em acordos livres-cambistas desde que fosse exigida a entrada com Portugal das colónias portuguesas. As dificuldades surgidas entretanto nas colónias fizeram-no mudar de ideias. Criando o "Mercado Comum Português", imediatamente antes de fazer o mal sucedido pedido de entrada no Mercado Comum Europeu, o governo fascista oferecia as colónias numa bandeja ao imperialismo estrangeiro, acenando com os lucros dos investimentos de capitais, com o trabalho escravo, com o baixo preço das matérias-primas e os vastos mercados.

Nas últimas décadas do século passado e nas primeiras do século atual, quando as grandes potências imperialistas se batiam ferozmente para a partilha do mundo, os colonialistas portugueses conseguiram manter e até consolidar as suas posições, porque escudados nos monopólios das grandes potências (especialmente da Inglaterra) que dominavam tanto as colónias portuguesas como Portugal. De então para cá, tem sido essa associação a "força" do colonialismo português e é nela que hoje os salazaristas encontram os apoios para a sua política.

Quer dizer: País pobre e atrasado, Portugal consegue dominar apenas pelo fato de que é dominado. Portugal tem um Ultramar, porque é o "Ultramar" para outros. É o caráter de Portugal como país colonizado que lhe permite manter-se no mundo de hoje como colonialista. A esta miséria se reduz a "grandeza" do Portugal de hoje, a raiz das fanfarronices e rebolarias de Salazar e sua séita.

A "grandeza" de Portugal, "grande potência" em relação às suas colónias, é uma imagem invertida da triste "pequenez" de Portugal como país dependente das grandes potências imperialistas.

3. Portugal impõe às colónias baixos preços para as mercadorias que compra e altos preços para as que vende. Há ramos industriais, como o têxtil de algodão e os sabões, que vivem e prosperam na base de preços a favor das matérias-primas coloniais de que dependem em elevado grau: (75% para o algodão, 80% para o açúcar, a quase totalidade para as oleaginosas). Só no algodão os preços de favor dão aos compradores portugueses uma economia que atinge quase 100.000 contos anuais; o amendoim mais de 100.000 contos.

Inversamente reserva-se o mercado colonial e impõe-se a compra pelas colónias a elevados preços de mercadorias que noutra lado se não vendem. Como há dificuldade na colocação dos vinhos descobre-se nas colónias "o mercado natural dos nossos vinhos" (Carlos Mantero) e dilunde-se o alcoolismo com tanta gana que as exportações de vinhos comuns para as colónias atingem já a média de 1 milhão de hectolitros, ou seja 75% do total das exportações. Em 1962 importou-se manteiga da Dinamarca a 20 escudos o quilo; exportou-se para as colónias a 30 escudos. Se as colónias houvessem comprado à Dinamarca teriam portanto poupado um terço. Compra-se o algodão e as oleaginosas muito mais barato do que se comprariam a qualquer abastecedor estrangeiro, mas vendem-se depois os óleos respectivos e os "tecidos pintados para indígenas" (assim reza a pauta) mais caro do que o estrangeiro venderia.

Delegações da
F.P.L.N.
Visitam 4 Países

Nos meses de Junho e Julho, delegações da Frente Patriótica de Libertação Nacional de Portugal visitaram a Iugoslávia, a Suíça, a Holanda e a Dinamarca, estabelecendo proveitosos contactos com eminentes personalidades políticas e sindicais daqueles países, tendo ainda através de entrevistas concedidas à imprensa, rádio e televisão, contribuído para dar às respectivas opiniões públicas um mais exato conhecimento da realidade portuguesa e em particular da gravidade e da extensão da repressão levada a cabo pela ditadura salazarista.

NA IUGOSLÁVIA

A delegação que visitou a Iugoslávia, a convite do Conselho Federal da Aliança Socialista do Povo Trabalhador da Iugoslávia, era constituída por Fernando Pereira Santos, membro da Conferência da FPLN e da JRP; Rui Cabegadas, membro da Conferência da FPLN e da JRP e Manuel Alegre, membro da Conferência da FPLN.

A delegação, depois de assistir ao VI Congresso da Aliança Socialista, manteve conversações com vários responsáveis da Aliança Socialista, visitou a Assembléia Federal e deslocou-se à República da Bósnia-Herzegovina onde foi hóspede do Comité local da A. S. P. T. Y.

Usando da palavra para saudar o Congresso, o porta-voz da delegação da F.P.L.N., expôs aos congressistas e aos delegados estrangeiros a situação e perspectivas da luta antifascista e anti-colonialista, em Portugal, e o ponto de vista da F.P.L.N. no domínio dos problemas da política internacional e da luta pela paz. O porta-voz da F.P.L.N. acentuou, com especial relevo, os aspectos da ação dos países e forças internacionais que apoiam política, económica e militarmente o governo fascista de Salazar, permitindo a sobrevivência do regime e a continuação das guerras contra os povos das colónias portuguesas.

A presença de numerosas delegações ofereceu à delegação da F.P.L.N. oportunidade de estabelecer úteis contactos e de realizar conversações com os representantes e dirigentes de outros movimentos e partidos.

NA HOLANDA E NA
DINAMARCA

Por outro lado, uma delegação dirigida por Manuel Sertório, membro da Conferência da FPLN e da JRP, visitou a Holanda e a Dinamarca em Julho.

Ambas as visitas foram realizadas a convite dos Comités constituídos naqueles países em prol da libertação de Portugal e da independência das atuais colónias portuguesas.

A cada um dos referidos Comités pertencem representantes da maior parte dos partidos nacionais, de organizações de trabalhadores e de juventude, escritores e outros intelectuais e com eles o delegado da J.R.P., trocou francas e cordeais opiniões. Entre as questões tratadas quer com o Comité Holandês quer com o Comité Dinamarquês figurou o estudo das formas mais adequadas ao incremento da solidariedade activa prestada à F.P.L.N.

Na Holanda, Manuel Sertório foi recebido no Parlamento, em Haia, por uma delegação do Partido do Trabalho e, em Amsterdã teve um encontro com o presidente dessa agremiação, cuja representação eleitoral é das mais fortes do País.

(cont. na pág. 5)

Notas e comentários

O VATICANO PERANTE O FASCISMO

Para monsenhor Samora, enviado extraordinário do Papa à América um dos problemas que neste momento preocupam a Secretaria de Estado do Vaticano é a elaboração do roteiro da viagem que Paulo VI se propõe realizar à América do Sul em 1967. A escolha da própria data depende de uma decisão que, a confirmar-se, desencadeará acsa controversia, inclusive no seio da curia romana: a aceitação do convite para uma visita do sumo pontífice a Portugal.

Salazar agiu com a sua habitual sagacidade. O pretexto para a visita, isto é o argumento que serviria de justificativa ao Vaticano, seria a celebração do 50.º aniversário dos acontecimentos ocorridos em maio de 1917 em Fátima.

Até agora, *L'Osservatore Romano* só aludiu muito vagamente à projetada viagem talvez por não desconhecem os seus redatores que, quaisquer que sejam os motivos a alegar, a presença do Papa em Portugal teria sempre um significado eminentemente político e o balanço da mesma poderia ser altamente desfavorável para o prestígio do atual chefe da Igreja Católica.

Sabe-se já no Vaticano que em Portugal, nos meios católicos mais esclarecidos, particularmente entre a juventude universitária e entre os intelectuais que confiam no papel a desempenhar pela democracia cristã, a reação aos boatos sobre a visita é de veemente condenação da iniciativa. Afirmam eles e com plena razão que a presença do Papa, muito embora ligada à efemeridade de Fátima, teria o significado de uma grande vitória para o regime, colocando em posição extremamente ingrata em face das massas os católicos "progressistas" que, combatendo o fascismo, têm sempre sustentado a incompatibilidade deste com a doutrina da Igreja.

A própria raridade das visitas papais representaria um fator altamente comprometedor para Paulo VI. Efetivamente, o atual pontífice rompeu uma velha tradição de isolamento, velha de muitos séculos, em três ocasiões excepcionais: uma delas para comparecer à ONU, outra para se deslocar aos lugares onde nasceu e viveu Jesus Cristo e outra ainda para presidir na Índia aos trabalhos do Congresso Eucarístico. Os 50 anos de Fátima seriam um pretexto que a ninguém con-

venceria para justificar o injustificável. Na lembrança de centenas de milhões de católicos ficaria de uma visita dessas a pior das impressões, uma má consciência que nada poderia dissipar. E com razão. Para um católico esclarecido não haveria argumento capaz de explicar a ida do chefe da Igreja romana a um que há 40 anos contrariaria por atos a doutrina expressa nas grandes encíclicas papais. O Vaticano não pode fechar os olhos à realidade. Paulo VI ao lado de Salazar nas fotos da propaganda fascista, recebido e saudado pelo carrasco do povo português equivaleria para a opinião pública internacional e para o Povo de Portugal ao desconhecimento pela Igreja Católica da existência de uma guerra colonial monstruosa, de campos de concentração medievais, de presídios atulhados de presos políticos, de um regime que viola diariamente os direitos fundamentais da pessoa humana. Paulo VI em Portugal seria, numa palavra, o reconhecimento oficial pelo Vaticano das excelências do *catolicismo fascista*.

AINDA A PONTE

Exatamente como prevíamos em nossa edição de Agostos, a inauguração da Ponte sobre o Tejo em Lisboa foi utilizada pelo governo de Salazar como pretexto e motivo central de uma campanha de propaganda de proporções mundiais. Para que se avalie do que foi essa tremenda orquestração publicitária basta salientar que só do Brasil foram convidados mais de trinta jornalistas, havendo jornais que tiveram em Lisboa três elementos. De um modo geral o tratamento dispensado aos visitantes ligados a órgãos de informação foi régio, com hospedagem no Ritz e automóvel e motorista às ordens.

Infelizmente para Salazar, os resultados dessa ofensiva de propaganda do regime foram extremamente medíocres. No Brasil obteve o ditador fácil divulgação do perfil da ponte e das suas características, mas parou aí o rendimento dos convites. Quase todos os convidados deixaram nos próprios hotéis ou nos aviões os quilos de propaganda das "grandes realizações" do regime com que o SNI os presentou. Mais magros foram ainda os resultados no tocante à imprensa britânica, norte-americana e francesa. O balanço foi negativo. Se Salazar esperava ver ressurgir nas colunas dos grandes jornais europeus a antiga imagem de

um governo paternalista enganou-se redondamente. O pouco que veio a lume, a propósito da ponte, reforçou a convicção hoje generalizada na opinião pública internacional sobre o que é a existência dos portugueses sob o consulado do mais antigo ditador do mundo. As reportagens publicadas refletem a miséria e o atraso do País, o seu subdesenvolvimento marcado por contradições escandalosas, o clima de opressão que não escapa inclusive aos turistas de passagem.

Quanto à ponte propriamente dita, houve também jornais que, ignorando a propaganda fascista, tiveram a honestidade de lembrar que a "grande obra" de Salazar não passa afinal de uma obra realizada pela *United Steel* e que será paga pelo povo português, que cobrirá igualmente os gastos da faustosa inauguração. Um triste recorde fica desde já a assinalar a famosa ponte: é no momento, em todo o mundo, aquela cuja portagem é mais cara. Um simples automóvel, é obrigado a pagar 12 escudos (18 ida e volta), um caminhão 75 escudos, e um autocarro 100 escudos.

BEJA, CIDADE ALEMÃ

Nem um só dos jornalistas estrangeiros que foram a Portugal assistir à inauguração da Ponte recebeu convite para visitar Beja. Era de esperar. O País foi percorrido, de Norte a Sul, pelas caravanas organizadas pelo SNI, sob o comando de solícitos funcionários dos serviços de propaganda. Mas Beja foi excluída dessas visitas, grandeza da planura alentejana e os velhos monumentos da Pax Julia não figuraram entre as coisas dignas de ser vistas pelos estrangeiros.

Salazar sabe o que faz. Tinha a certeza antecipada de que a azáfama que vai por Beja com o objetivo de a transformar numa cidade alemã só poderia despertar o espanto e a repulsa dos visitantes estrangeiros. Daí a cortina de silêncio que desceu sobre a velha urbe.

Beja torna-se efetivamente cada vez mais uma cidade destinada aos prussianos da Bundeswehr e às suas famílias. Nada menos de 500 operários trabalham permanentemente na construção do bairro residencial da Base Aérea. São 92 hectares de terras para "alemão viver" como dizem os alentejanos. Segundo a ANI, a nova cidade modelo terá 50.000 habitantes, o que revela a importância dos efetivos que Bonn tenciona manter como força militar de ocupação em pleno centro de Portugal. Para que os nossos leitores façam uma idéia do ambiente requintado em que os militares revanchistas da Alemanha do sr. Ehrhard vão vi-

ver ao lado das condições sub-humanas em que vegetam os assalariados rurais de Beja, transcrevemos um trecho do telegrama em que a ANI dá conta da marcha das obras: "A primeira fase de trabalhos engloba a construção de um hotel, de um cinema, da Casa Alemã, do centro de convívio, do edifício destinado ao alojamento do pessoal solteiro, de um estádio revalido, além de restaurantes, cafés, supermercados, agência bancária, postos de correios, estabelecimentos comerciais, parques ajardinados e parte das mil e quinhentas residências inicialmente projetadas".

Em face de uma tal realidade, compreende-se perfeitamente que, reagindo patrioticamente contra a implantação de uma cidade alemã em pleno Alentejo, o grito FORA COM OS ALEMÃES! seja cada vez mais uma bandeira de luta, de Norte a Sul de Portugal.

ELETRICIDADE MAIS CARA

Com o argumento de que a guerra de África "exige sacrifícios", o governo fascista de Salazar decretou a aplicação de novas taxas sobre uma série de produtos — cerveja, outras bebidas alcoólicas, cigarros, gasolina, etc. provocando outra brusca alta do custo de vida. Só o aumento que atingiu os combustíveis, da ordem dos 25%, onerando o conjunto do sistema de transportes, bastaria aliás, para acelerar o processo da carestia.

Em amplos setores da população cresce, compreensivelmente, a revolta contra a guerra colonial responsabilizada em grande parte pela calamitosa situação do País, desde o envio da juventude para os massacres africanos até à gravíssima crise econômica decorrente dos gastos astronômicos com as forças de ocupação e repressão mantidas na Guiné — Bissau em Angola e Moçambique.

Mas outros aumentos que atingem brutalmente os já magros orçamentos familiares desequilibrando-os, esses têm outra origem, resultando da política de submissão do fascismo aos interesses dos grandes monopólios nacionais e estrangeiros, cuja ganância constitui outro fator para a ruína econômica do País. É, por exemplo, o que acaba de acontecer no Porto com o aumento das tarifas da eletricidade. Os 300.000 habitantes da cidade opunham-se a esse aumento e a própria imprensa havia deixado bem claro que não existia menor justificação para uma alteração das tarifas vigentes. Entretanto, a pressão monopolista fez-se sentir e Salazar cedeu. Tempos atrás o governo tinha dado a solene garantia de que os

preços da eletricidade não seriam alterados nos próximos anos. Contudo, aí está o decreto governamental, impondo uma taxa de 25% sobre as tarifas em vigor. Eis o que vale a palavra do fascismo...

Alega o governo que a sua decisão nasceu da necessidade de cumprir "os compromissos internacionais que neste campo assumira". Não explica entretanto que compromissos eram esses, pelo que fica bem claro que os mesmos comportavam cláusulas atentatórias da independência econômica da Nação. Uma vez mais uma ofensiva dos monopólios que controlam o setor da eletricidade prevaleceu sobre os interesses do povo português. Não bastaram aos senhores desses monopólios os lucros já fabulosos que auferiam. Queriam mais! E Salazar, dócilmente, deu-lhes o que pediam. Isso apesar de no ano passado as quatro empresas principais que participam da produção e distribuição de eletricidade no Norte, terem confessado lucros no montante de 221.317 contos, isto é o equivalente a mais de vinte bilhões de cruzeiros.

Ao desastre da guerra colonial soma-se o desastre da ofensiva dos monopólios contra a economia popular.

UMA NEGOCIATA DE PETRÓLEO

O ex-ministro da Defesa de Salazar, o fascista Santos Costa, agora general, andou durante uns tempos fora do noticiário da Imprensa. Tão extremadas eram as suas opiniões quanto à política interna e à guerra colonial que Salazar o convidou a manter-se calado e à sua hostezinha de monárquicos ultras. Mas não tardou a subir novamente ao primeiro plano da atualidade ao ser contemplado com a presidência de uma das duas companhias petrolíferas portuguesas que em Angola são associadas dos monopólios estrangeiros que controlam a prospecção e extração de hidrocarbonetos.

Os jornais de Lisboa acabam de publicar alguns números que nos dão uma idéia da grandeza do negócio. A PETRANGOL e a ANGOL receberam primeiro uma concessão para a exploração das bacias petrolíferas do Congo e do Quanza. Entretanto, como, para dar cumprimento às obrigações contratuais assumidas, tinham de aumentar o capital para o triplo, seguiu-se a segunda fase: o inevitável apelo à colaboração financeira de entidades estrangeiras, designadamente através da subscrição de ações da ANGOL. Significa isso, traduzido em fatos, que o oligopólio anglo-norteamericano que domina o mercado mun-

(Cont. na pág. 7)

Com os guerrilheiros de Amílcar Cabral - II

JUSTIM VIEYRA

Inserimos abaixo a segunda parte do importante depoimento sobre a guerra colonial da Guiné publicado por Justin Vieyra na revista "Jeune Afrique". Trata-se de um documento particularmente importante e que, embora doloroso para todo o português que não perdeu o senso de humanidade, revela a terrível verdade sobre as condições monstruosas em que decorre a guerra movida ao povo guineense pelo fascismo português. A repartagem de Vieyra comoveu a África inteira. Transcrevendo-a contribuimos para a divulgação da verdade e lembramos que, apesar de todas as barbaridades do aparelho repressivo do "pacificador" Schultz, Amílcar Cabral, secretário geral do PAIGC soube sempre estabelecer a diferença entre os fascistas que combatem e o povo português que não é responsável pelos hediondos crimes do colonialismo salazarista.

A noite cai lentamente e encontramos um número cada vez maior de guerrilheiros barbudos. Sentado debaixo de uma árvore, a barba hirsuta, o colarinho da camisa aberto, um moço de trinta anos levanta-se ao vê-los. Um guerrilheiro armado está a seu lado. Os homens da nossa escolta colocam-se na posição de sentido para o cumprimentar. Ele, lança-se nos braços de Nino. É Bobo, o comandante da base do PAIGC que será a nossa primeira etapa. Quase não fala francês, mas dá-me um vigoroso aperto de mão.

A base não é longe: cerca de meia hora de marcha. Seria incapaz de imaginar que uma centena de combatentes pudesse viver assim dissimulada no mato onde construíram cabanas limpas, salas de aula cobertas de ramaria, um campo de desporto e uma sala de reuniões. O acampamento propriamente dito está isolado da parte reservada aos hóspedes de passagem. Ai, instalaram em meia dúzia de cabanas de ramos de palmeira com teto de colmo, camas rústicas, em cima das quais estão colchões feitos de sacas de juta. Não esperava nada disto e senti-me muito melhor principalmente depois de um duche rápido, o primeiro depois de quarenta e oito horas.

Jantar: arroz e carne preparados pelas jovens milicianas, acompanhados de cerveja vinda do Senegal. A nossa chegada parece ter dado ambiente à base. Nino está absorvido pela conversa com Bobo que não via desde o seu regresso da China. É a primeira vez que visita os camaradas do Norte.

Não entendo o que dizem, mas tenho a impressão de que falam das suas atividades militares e da coragem dos seus homens. Observo também o incessante vai-e-vem dos soldados da base. De vez em quando trazem informações a Bobo e ele envia ordens. Às 22 horas, Bobo decreta que Nino e eu devemos recolher-nos à nossa cabana, pois devemos deixar a base de madrugada. A entrada da nossa cabana está guardada por homens armados. Na cabana vizinha mandou instalar quatro guerrilheiros igualmente armados. As patrulhas são reforçadas.

Uma vez na cabana em que cada um de nós dispõe de uma cama, resolvo interrogar Nino sobre o que se passaria em caso de ataque noturno. Um ataque noturno, como me faz notar é uma eventualidade inviável. A alguns quilómetros da nossa base há um quartel português com uma companhia. A base do PAIGC está situada nas proximidades dos portugueses para melhor controlar as suas atividades. Serve além disso de anel protetor da aldeia mais próxima onde se reagruparam as populações.

As patrulhas que fazem a ronda de noite são rendidas de duas em duas horas. Prescritam todas as saídas, de modo que ao menor mo-

vimento dos portugueses, os dispositivos de defesa do PAIGC estão prontos a entrar em ação. De resto, acrescenta Nino, os portugueses nunca mais se atreveram a sair à noite.

Mesmo assim não me sinto muito tranquilo. Toda a noite fico de olho aberto. Presto atenção a todos os ruídos. Ouço as sentinelas conversarem a meia voz e o pipilar dos pássaros. Debaixo do mosquiteiro, Nino dorme profundamente, com o revólver ao alcance da mão.

DOMINGO, 5 DE JUNHO

Acordo Nino às 3.30. Levanta-se de um pulo.

— Dormiste bem?

Procuro mentir:

— Sim.

Bobo dá-nos uma escolta de dez guerrilheiros dos quais dois têm bazucas soviéticas. Através da floresta, a luz pálida da lua ilumina fracamente a pista.

Procuro dissimular o meu medo. Atravessamos em silêncio, algumas aldeias onde as habitações emergem da bruma matinal. O ar está perfumado. A nossa marcha é como que ritmada pela queda das mangas e das grossas nozes das palmeiras bravas.

O dia não tarda a nascer mas o sol dissimula-se ainda atrás das nuvens. Creio suportar já melhor a marcha.

Entramos numa vasta planície, quando de súbito, Nino me ordena que corra. Arrasta-me para um arbusto próximo. Ai, estendemo-nos no chão. Quatro bombardeiros aparecem no céu a baixa altura. Alguns minutos depois, em vezes sucessivas, o solo é sacudido pelas bombas que acabam de lançar. Mal os bombardeiros se afastam o barulho de um combate distante chega até nós. Nino, cujo rosto examino, nem parece emocionar-se.

Não estamos longe do rio Cacheu que corre na direção de Bissau, a capital. Vamos atravessá-lo de piroga. Os rios são de uma beleza selvagem e de uma frescura excepcional. Estamos ainda a bordo da piroga quando dois aviões a jato passam por cima de nós. Descem a metralhar quase no mesmo local em que os bombardeiros soltaram as bombas, meia hora antes. Nino pede ao homem da piroga para se apressar, e diz-me que a situação lhe parece séria. A travessia termina sem percalços. Nino ordena uma paragem de uma hora. Quando partimos de novo, ouvem-se ainda os ruídos do combate que se desenrola nas cercânias da base que deixamos de madrugada.

Atravessamos novos cursos de água: desta vez tomamos mil precauções. Uma adolescente aos gritos corre ao nosso encontro. Vem da aldeia de Djagalli que os aviões portugueses acabam de bombardear. Parece ter saído de um pesadelo e conta-nos que há cadáveres por toda

a parte. Peço para darmos uma volta por lá.

Em Djagalli (60 habitantes) aguarda-nos um espetáculo horrível: o desespero dos aldeões que não sabem que fazer dos sete cadáveres estendidos na poeira e dos feridos transportados para a sombra das bananeiras. Uma mãe chora um filho de quatro anos, cujo cadáver está coberto de folhas verdes. Um muçulmano recita preces junto de Ansu Mane (50 anos) que morre 5 minutos depois de termos chegado. A mulher morrera instantaneamente. Examinamos os cadáveres. Mal aguento esta visão, mas apesar do horror tiro a máquina fotográfica.

Nada ainda fora feito pelos feridos. Nino, furioso, procura o responsável político-militar da aldeia. Creio que lhe dirige censuras. Levamos três dos feridos. A base para onde nos dirigimos fica a seis quilómetros. É ai que devia encontrar-me com Amílcar Cabral.

Evitamos a planície, o que alonga o percurso. Os ruídos do combate chega-nos de longe. Nino não exclui a eventualidade de novos bombardeamentos. O calor torna-se intolerável. Ao meio dia, atingimos o nosso objetivo. A base está vazia. Logo que os aviões apareceram, os guerrilheiros haviam-na evacuado. Cabral e o jornalista francês Gerard Chaliand, que o acompanhava, haviam ido colocar-se em segurança. Horrificado e exausto não tinha vontade de comer. A cena atroz da aldeia de Djagalli, os cadáveres esventrados, os feridos estertorando, Ansu Mane morrendo diante de nós, tudo isso me rasgava a alma. Mas é preciso aceitarmos a vida. Num domingo de manhã, o dia do Senhor, à hora em que em todas as aldeias de Portugal, os sinos paroquiais chamam os fiéis a orar ao Criador, os aviadores de um país que pretende situar-se no pináculo da civilização cristã arrasam com bombas mortíferas uma pacata aldeia de negros. À mesma hora, em Abidjan, em Dakar, a gente inútil dos jovens africanos, exaustos pelas contorsões do "dog" e do "monkey" evade-se dos "surbouts" yé-yé.

Na verdade, eu julgava os portugueses incapazes de fazer uma guerra colonialista com tanta covardia. As suas bombas caem diariamente sobre as regiões da Guiné onde jamais pensaram em construir uma escola ou um dispensário, em construir uma ponte: em toda esta zona libertada pelo PAIGC, em parte alguma se encontram vestígios da colonização.

"As bombas que eles soltam sobre as cabanas dos nossos aldeões custam infinitamente mais caro do que os telhados de colmo que eles destroem" disse-me Amílcar Cabral que voltou finalmente à base onde o esperávamos.

O secretário geral do PAIGC apresenta-me todos os responsáveis com quem estava trabalhando há três dias e que vieram de diferentes pontos das zonas Norte e Sul. É a segunda vez que se reúnem este ano. Todos são jovens, menos de trinta e cinco anos. Na sua maioria, receberam treinamento militar na China Popular ou na Tchecoslováquia. Senti-me tocado pelo seu ar decidido.

Oswaldo havia-me sido já apresentado em Accra em outubro de 1965, quando da última conferência da OUA. É ele o responsável político-militar da zona Norte, o homólogo de Nino, em companhia de quem se encontrava em Pequim em 1963.



Mapa da Guiné vendo-se em cinzento as zonas libertadas.

Aos vinte e sete anos tem grande autoridade sobre os colegas. Sempre de calções, os cabelos sempre despenteados, armado de faca e revólver, tem o ar de um Rommel adolescente. Impassível, dá ordens precisas e parece pensar em tudo. Noto igualmente junto de Cabral uma moça de cabelos entrançados, com uniforme militar e revólver à cintura. Chamam-lhe Titina. Saberá mais tarde que é a responsável sanitária no seio do bureau político do PAIGC para onde entrou aos 16 anos em 1960. Já esteve duas vezes na U.R.S.S. e uma na Tchecoslováquia. É uma das melhores entre as cinquenta enfermeiras que a U.R.S.S. formou para o PAIGC no espaço de dois anos. Falar-me-ia da sua estada em Kiev onde recebeu no hospital central

uma instrução que considera preciosa. Sabe servir-se com destreza de todas as armas que se vêem nas mãos dos guerrilheiros, especialmente da metralhadora soviética que um combatente mestiço, Ireneco, batizou "pachanga", por causa do som: ta, tata, ta ta.

Cabral não passa a noite conosco. Já tem o programa atrasado por causa dos bombardeamentos. Conversamos por momentos, depois retoma o seu rumo, deixando em minha companhia quase metade dos responsáveis que o acompanham, nomeadamente Oswaldo, o chefe da zona norte, Nino, Titina e Júlio. Quem, responsável pela base, recebe-nos o melhor que pode. Habituo-me às noites da guerrilha.

(Continua)

ESTUDANTES AGRADECEM SOLIDARIEDADE

O Secretariado dos Encontros dos Estudantes Portugueses no Estrangeiro, (S.E.E.P.E.), em reunião realizada em Paris no dia 8 de Maio tomou importantes decisões sobre problemas de organização e sobre a colaboração com organizações estudantis de todo o mundo.

Do comunicado emitido após a reunião, reproduzimos abaixo o essencial:

"O Secretariado dos Encontros dos Estudantes Portugueses no Estrangeiro, reunido em Paris no dia 8 de Maio de 1966, informado das posições tomadas por várias organizações da IREPE e levandó em conta o fato de que o SEEPE se acha ainda numa fase de arranco e que todas as manifestações de apoio à sua atividade da parte das organizações representativas dos estudantes do mundo inteiro a favor da solidariedade crescente para com os seus camaradas em luta em Portugal lhe são vitais, regozija-se e agradece a todas as organizações que de um modo ou outro aprovaram as conclusões do I Encontro e trouxeram o seu estímulo ao Secretariado e especialmente: a Associação dos Estudantes Africanos (Toulouse), a Associação dos Estudantes Kurdos na Europa, o Comité de Coordenação (Toulouse), a CUDE (Espanha), a CSM (Tchecoslováquia), a Federação Nacional dos Estudantes da China, a FEANF (França), a Frente Patriótica de Libertação Nacional de Portugal (Argel), a Sociedade dos Estudantes Iraquianos de Inglaterra, a Juventude Livre Alemã (RDA) o Livre Exame (Bruxelas), o NSR (Países Baixos), a UCE (Canadá), a UIE, a União Nacional dos Estudantes da Escócia, a União Nacional dos Estudantes de Israel, a União Nacional dos Estudantes da Islandia, a UNES (Suíça), a SYL (Finlândia), a VVS (Bélgica) e o WUS.

Por outro lado, informada das iniciativas tomadas pela União dos Estudantes Portugueses da França no ensejo da comemoração do 24 de Março, Dia Internacional de Solidariedade para com os Estudantes Portugueses, tarefa que lhe fôra atribuída pelo I Encontro dos Estudantes Portugueses no Estrangeiro, o Secretariado regista o bom traba-

lho dessa Associação e agradece a todas as organizações que contribuíram para o grande êxito dessa celebração e de modo especial: a CIE, o Conselho dos Estudantes da URSS, o CSM (Tchecoslováquia), a Federação Nacional dos Estudantes da China, a FNUCS (Chipre), o NCHSO (Hungria), o NSR (Países Baixos), a NUSEWNI (Inglaterra, Gales e Irlanda), a UCE (Canadá), a UIE, a UNEF (França) a União Nacional dos Estudantes de Israel, a UNEL (Luxemburgo), a UNES (Suíça), a UNURI (Itália), a USI (Irlanda), a USNSA (Estados Unidos), o SDE (Espanha), o SFS (Suécia), a SYL (Finlândia), a VDS (Alemanha Federal), a VVS (Bélgica), a YUS (Iugoslávia), e a ZSP (Polónia).

A presente reunião, extremamente frutuosa foi uma manifestação de total acôrdo e de perfeita unidade de vistas de todos os estudantes portugueses no Exterior com base nas conclusões do I Encontro.

Certas dificuldades e incompreensões, inevitáveis em toda a organização que dá os primeiros passos e agravadas, no que nos diz respeito, pela precariedade da situação e das condições de trabalho dos estudantes portugueses no estrangeiro, foram superadas após debates francos e fraternais.

Sòmente um trabalho e um esforço contínuos do Secretariado, com o apoio de todas as Associações e grupos de estudantes portugueses no Estrangeiro podem efetivamente resolver os problemas de coordenação e de eficácia das atividades de todos os estudantes portugueses no Exterior.

Conscio de interpretar os sentimentos de todos os estudantes portugueses no Exterior, de que é o legítimo representante, o Secretariado unânime afirma a sua intenção de trabalhar pelo desenvolvimento da solidariedade internacional à luta dos estudantes portugueses e pelo exercício das responsabilidades que lhe atribuem as conclusões do I Encontro dos Estudantes Portugueses no Estrangeiro e pede o apoio, a solidariedade e a cooperação de todas as organizações de estudantes para o cumprimento da sua tarefa".

Moçambique na era de Salazar-II

Publicamos abaixo a conclusão do depoimento de Lazaro Kavandame — hoje membro do Comité Central da Frente de Libertação de Moçambique — divulgado pelo Comité de Descolonização das Nações Unidas em Maio de 1965.

Foi por essa altura que o governo português, sob a instigação da SAGAL, a companhia concessionária do algodão da região, começou a proibir que aumentássemos o número dos nossos membros, dizendo que dali em diante os africanos de Moçambique podiam somente trabalhar para a SAGAL.

Porém, mesmo após essa proibição, a companhia algodoeira não estava contente, pois os 1.500 membros da nossa sociedade tinham a liberdade de trabalhar como lhes apetecia, sem serem obrigados, nem constantemente explorados. A SAGAL iniciou então uma campanha de propaganda mais direta. Sob o pretexto de "investigação" das nossas atividades, como lho permitia a autorização do governo, começou a enviar homens para visitarem os nossos campos, ordenando a destruição de todas as árvores frutíferas, como laranjeiras e cajueiros, sob o pretexto de que elas eram prejudiciais à produção de algodão. Ao mesmo tempo ameaçavam mandar prender quem cultivasse outra coisa além de algodão. Após isso muitos dos nossos membros começaram a ser presos e obrigados a trabalhar em áreas plantações de algodão e sítios acusados de não terem cumprido as cotas obrigatórias de algodão. Para nós tornou-se óbvio que o governo português não estava interessado no nosso bem estar, pois não mandaria prender bons camponeses africanos, mandando-os para o trabalho forçado nas plantações europeias. Eu, pessoalmente, senti que os portugueses se opunham à liberdade dos negros e a todas as suas tentativas para melhorar o seu padrão de vida.

Entretanto eu tinha convencido os membros da nossa cooperativa a construir as nossas próprias estradas, de modo a facilitar o transporte da produção para os mercados locais, evitando assim de carregar muitos quilómetros transportando pesadas cargas. Assim tivemos quatro estradas que nos ligavam com as estradas principais que comunicavam com as principais cidades. Quando os portugueses vieram por isso, em vez de contentamento ordenaram que eu fosse preso, com o pretexto de que não tinha pedido autorização para construir as estradas, e achando estranho que, por simples sugestão minha, o povo fosse capaz de construir trinta a quarenta quilómetros de estrada em tão pouco tempo, uma vez que o mesmo povo não trabalhava com vontade para o governo português.

Estrei na prisão em setembro de 1960, permanecendo dois anos sem julgamento. Entretanto a nossa cooperativa foi dissolvida por ordem das autoridades, sendo presos muitos dos seus dirigentes. Em 1961 a liberdade da prisão, mas condenado a reclusão em casa. Uma semana depois fui interrogado acerca dos meus planos para o futuro, ao que respondi não ter nenhuns planos. Então, propuseram-me que estabelecesse outra sociedade cooperativa sob as condições seguintes: a sociedade permaneceria sob o controle direto do governo e não poderia ter mais de 25 membros. Por não ter alternativa aceitei a proposta que me era feita, trabalhando continuamente durante dois anos para tentar reconstruir o que tinha sido destruído. Plantamos arroz, gergelim, batatas, mamonas e milho. Para podermos cultivar mais terras sugerimos aos membros que comprássemos um trator. A minha su-

gestão foi apresentada na sessão geral da sociedade e facilmente aprovada, comprando um trator novo com os nossos próprios fundos. No dia da entrega do trator houve uma festa em que participou, praticamente, todo o povo de Mueda e eu falei, explicando a importância do trator para os nossos trabalhos, dizendo-lhes que os que nos acusavam de preguiçosos não tinham razão e que, para que o nosso povo prosperasse, o que tínhamos a fazer era organizarmo-nos e aprender melhores métodos de cultura. Em nome da sociedade cooperativa coloquei o trator à disposição dos moçambicanos da região que dele necessitassem, pelo que todos me aplaudiram, agradecendo o que eu tinha dito e feito.

As autoridades portuguesas foram informadas acerca das minhas palavras, não tendo ficado satisfeitas com elas. Poucos dias mais tarde, a polícia começou a prender membros da nossa sociedade, acusando-os de vários crimes. Eu fui de novo chamado ao posto administrativo central da região e o administrador perguntou-me se eu tinha ouvido falar do que acontecera no Tanganyika, se eu sabia da existência dum novo movimento chamado FRELIMO, se eu próprio era membro desse movimento político, ou se trabalhava para ele.

Respindi que jamais ouvira falar desse movimento e deixaram-me voltar para casa a pé, uma distância de quase 5 quilómetros. Uma hora mais tarde um polícia bateu à minha porta, informando-me de que eu teria de voltar ao posto, para ser interrogado de novo. Era evidente que as autoridades queriam humilhar-me e assustar-me, mas obedeci e o funcionário português disse-me que eu deveria pensar seriamente na minha vida e não entrar em complicações. Após isso ordenou-me que voltasse a casa.

Passei a noite sem dormir, sabendo que jamais me deixariam em paz, que tudo o que eu fizesse seria controlado pelas autoridades, que a polícia investigaria todos os meus passos e que os interrogatórios se tornariam ainda mais frequentes. A minha única esperança de salvação era a fuga, decidindo esconder-me na floresta em vez de voltar a casa, esperando poder continuar em contato com os meus compatriotas e escapar à prisão.

Quando as autoridades souberam do meu desaparecimento, mandaram os soldados procurar-me nas florestas, mas sem resultado. A minha família e muita gente da minha região pensou que os portugueses me tinham matado, principalmente após que as autoridades levaram tudo o que me pertencia.

Dez dias depois, quando os portugueses deixaram de me procurar, voltei calmamente a casa, contando a minha família e aos outros compatriotas, ficando todos contentes com que eu não estivesse morto. Combinamos imediatamente uma reunião dos líderes na floresta, para discutirmos a maneira de conquistar a nossa liberdade e expulsarmos os portugueses opressores da nossa pátria. Após uma longa e séria discussão concluímos que o povo Makonde, sozinho, não seria capaz de expulsar o inimigo, decidindo então unir as nossas forças às dos outros povos de Moçambique.

Já tínhamos ouvido falar no estabelecimento do movimento de libertação em junho de 1962, a FRELIMO, e contactamos os membros da FRELIMO na nossa região, dizendo-lhes que estávamos prontos a trabalhar com eles para a libertação do nosso país.

Como é sabido a FRELIMO declarou a insurreição geral armada contra os colonialistas portugueses em Moçambique em 25 de setembro do ano passado. O nosso povo esperava pelo dia em que poderia le-

vantar-se para poder lutar pela liberdade, regozijando-se com a declaração de guerra aos opressores, embora sabendo que ainda terão muito que sofrer com a repressão implacável do exército e da polícia portuguesa. Entretanto estamos determinados a lutar para alcançarmos a vitória. Deus deu-nos a vontade de vivermos livres e nada se poderá opor no caminho da nossa liberdade."

VISITAS...

(Conclusão da pág. 2)

Na Dinamarca, Manuel Sertório encontrou-se com o secretário geral do Partido Social Democrata, o mais poderoso no Parlamento.

Em ambos os países, o delegado da FPLN trocou impressões com escritores e com dirigentes de organizações sindicais e estudantis, concedendo ainda entrevistas à imprensa, rádio e televisão.

NA SUÍÇA

Outra delegação da Frente Patriótica de Libertação Nacional, composta por um membro da Junta Revolucionária Portuguesa e membro permanente da Conferência da F.P.L.N., por um membro permanente da Conferência da F.P.L.N. e por um dirigente da Juventude anti-fascista portuguesa, efetuou recentemente uma visita à Suíça.

Esta delegação deslocou-se àquele país a fim de proceder a uma série de encontros, previamente preparados, com delegações de partidos políticos, de centrais sindicais e outras organizações democráticas suíças.

Departamento de Livros

EM ATENÇÃO AOS PEDIDOS DE LIVROS EDITADOS NO BRASIL, QUE NOS CHEGAM DE DEZENAS DE PORTUGUESES ESPALHADOS POR TODO O MUNDO, RESOLVEMOS CRIAR UM DEPARTAMENTO ANEXO À REDAÇÃO DO "PD" QUE ESTARÁ HABILITADO A ATENDER TODAS AS SOLICITAÇÕES. PARA MAIORES DETALHES ESCREVER A "PORTUGAL DEMOCRÁTICO" — DEP. DE LIVROS — CX. POSTAL, 6248 — S. PAULO BRASIL

Leia:

"Missão em Portugal", de Alvaro Lins

"Íbéria, Anistia, Revolução", de Jonas Negalha

"Salazar Visto do Brasil"

"Angola Através dos Textos"

"Os Últimos Dias do Fascismo Português", de Maria Archer

"Quando os Lobos Julgam", (a defesa de Aquilino Ribeiro)

"A Resistência em Portugal" crônicas de Dias Coelho, patriota assassinado pela PIDE.

PEDIDOS À NOSSA REDAÇÃO

A COMISSÃO DOS DIREITOS DO HOMEM RESPONDE AOS DEMOCRATAS PORTUGUESES

O prof Ruy Luiz Gomes, como primeiro signatário de um memorial enviado pelas organizações democráticas portuguesas do Brasil à Comissão dos Direitos do Homem, com data de 13 de Abril p.p., a propósito da repressão em Portugal e particularmente das condições de vida inhumanas dos presos políticos, recebeu daquela entidade um ofício assinado pelo sr. G. Ceccatto, administrador dos Direitos do Homem, em que se esclarece que o memorial acima citado foi tratado de acordo com o parágrafo 2b e e da Resolução 728 F do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas.

Para esclarecimentos dos leitores acrescentaremos que nos termos da alínea b, o plenário da Comissão tomou conhecimento do nosso documento; e que, ao abrigo da alínea e a Comissão dos Direitos do Homem enviou cópia ao governo português, como diretamente interessado, do texto em questão.

Lutas Populares

VIANA DO CASTELO —

Nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo reina um ambiente de tensão mercê do desprezo revelado pela empresa em relação aos direitos do pessoal. A atual situação nasceu da falta de pessoal especializado, pois os melhores operários têm emigrado para França ou foram mobilizados e enviados para a guerra colonial. A administração foi por isso, em Março, buscar dois soldados de Secheron Portuguesa e ofereceu-lhes um contrato de 10 anos, a 75 escudos por dia e um prêmio fixo diário de 25 escudos. Ora, como os salários máximos dos soldados, segundo as tabelas, não ultrapassam 60 escudos, os operários dos Estaleiros ficaram revoltados com a discriminação. Doze deles, inconformados, despediram-se no início de Março, o que alarmou a gerência, em luta com falta de pessoal. O argumento usado junto das autoridades marítimas foi o de que essas despedimentos ameaçavam os trabalhos de construção de uma fragata para um país da NATO. O comandante da capitania, por sua vez alarmado, dirigiu-se aos Estaleiros e interrogou um por um os operários que haviam pedido demissão. Ouviu então o que não esperava. Os operários exprimiram-se sem rodeios sobre a exploração de que eram vítimas, com baixos salários, horas extraordinárias mal remuneradas e agora, para cúmulo, discriminação nos vencimentos em relação aos novos admitidos. Cabe salientar que os dois novos soldados se solidarizaram com os colegas, comprometendo-se inclusive a abandonar a empresa se isso fosse vantajoso. O conjunto do pessoal decidiu, entretanto, de outra maneira, entendendo que os altos salários percebidos pelos novos contratados criavam excelentes condições para o êxito de uma luta reivindicativa no seio da empresa. Desde então, o nível da organização nos Estaleiros, antes praticamente inexistente, melhorou muito e a combatividade do pessoal sobe dia a dia. Os doze operários demissionários acabaram por ficar e passaram a comandar o movimento de "cêra". A gerência, para dividir o pessoal, está recorrendo a aumentos parciais, mas o processo está-lhe custando caro, pois já teve de realizar vários, um dos quais de 8 escudos diários. Entretanto, a "cêra" prossegue e a unidade fortalece-se.

cação, baixara o salário de 40 para 30 escudos. Ante essa vergonhosa tentativa de exploração, o pessoal decidiu não comparecer ao trabalho na semana seguinte. A paralização foi total na empresa. O patrão mandou chamar então os trabalhadores, mas em vez de restabelecer o salário ameaçou-os com a PIDE e com longos anos de prisão. O trabalho recomeçou, posteriormente, sob pressão das autoridades, mas a tensão dos espíritos aumenta, sendo de prever a continuação da luta.

ANADIA — O chefe da Legião Portuguesa local, eng. Manuel Seabra Coelho, ameaçou um candidato a carteiro rural de que não obteria o lugar se não entrasse para a Legião. O rapaz, que regressou recentemente de Angola, não se assustou e respondeu-lhe que já estava habituado às intimidações fascistas e que preferia passar fome a ser legionário, pois estava farto de defender um "governo de ladrões". O episódio teve grande repercussão popular na região.

ELEIÇÕES NOS SINDICATOS — Dos 20 Sindicatos do Porto onde se realizaram eleições no ano corrente, só não se registraram irregularidades evidentes em 7. Em todos os demais houve atropelos da própria lei fascista. Assim, 11 realizaram as "eleições" fora do prazo legal estabelecido pelo decreto-lei 23.050, de 23 de fevereiro de 1933, ainda vigente. Nos 9 restantes, em 2 as assembleias foram convocadas sem a antecedência mínima exigida pelo item 7 do despacho de 8 de Janeiro de 1948 do subsecretário das Corporações.

CIFA — Na Companhia Industrial de Fibras Sintéticas (CIFA), dois terços do pessoal — 1.000 pessoas — é constituído por mulheres. Os salários pagos aos homens oscilam entre 30 e 45 escudos, mas os das mulheres não ultrapassam 20 escudos, havendo muitos de 10 e 15 escudos. O esforço exigido dos trabalhadores é desumano, pois a fábrica trabalha dia e noite, em turnos contínuos, inclusive aos domingos e feriados. E, para cúmulo, o pessoal ganha o mesmo, quer trabalhe de dia ou de noite. A disciplina é de quartel, com castigos constantes, realizando-se o trabalho sob vigilância de uma patrulha permanente da Guarda Republicana.

A indignação dos operários, levou alguns a iniciar um movimento no sentido de se organizarem para resistirem à exploração de que são vítimas. O proprietário, um tal Carlos Magalhães, do Porto, tem interesses em várias empresas, entre as quais a Krump, de Famação e a Uniteca de Estarreja.

PAMPILHOSA — Recentemente, duas dezenas de assalariados da Sociedade Comercial de Adubos recusaram-se a receber a fêria de uma semana de trabalho porque a gerência, arbitrariamente, e sem uma expli-

Pela amnistia e contra a repressão

CONTRA AS MEDIDAS DE SEGURANÇA

Em todo o mundo ganha novas adesões, ampliando-se, a campanha contra as "medidas de segurança". Dois nomes são especialmente citados nas cartas e abaixo-assinados que de todo o mundo afluem aos Palácios de Belém e de São Bento protestando contra essa prática bárbara: os de SOFIA FERREIRA E JOSÉ VITORIANO. A essa campanha associaram-se a Federação Democrática Internacional das Mulheres, e várias entidades sul-americanas entre as quais a Associação dos Empregados e Operários Municipais da Argentina, a União das Mulheres da Argentina e a União das Mulheres da Bolívia. A organização Portugal em Sud América, com sede no Uruguai, continua a desenvolver grandes esforços no sentido de ampliar a solidariedade a SOFIA FERREIRA E JOSÉ VITORIANO.

PRESOS DOENTES

Em consequência das terríveis condições de existência na Fortaleza de Peniche é cada vez pior o estado de saúde da maioria dos presos ali encarcerados. Aos maus tratos do capitão Falcão e do seu esbirro V. Ramos, acresce a ausência quase completa de assistência médica. Não é de estranhar assim que recentemente, porque o seu estado geral era alarmante, oferecendo perigo de vida, tivessem de ser internados de urgência no Hospital de São João de Deus os seguintes patriotas: AGOSTINHO SABOGA, JOSÉ MAGRO, JOSÉ CARLOS, ANTONIO SANTO e JOSÉ ROLIM. Sabe-se que a PIDE mantém sob estrita vigilância todos esses presos, apesar da gravidade do seu estado, impondo-lhes no próprio hospital os maiores vexames.

VEIGA DE OLIVEIRA: UM COMPORTAMENTO EXEMPLAR

A notícia de que o eng. ALVARO VEIGA DE OLIVEIRA havia tido um comportamento exemplar na PIDE causou grande satisfação entre os numerosos amigos que fez neste país durante a sua estada aqui. Por informações posteriores, soube-se que Veiga de Oliveira levou no desespero os esbirros da PIDE recusando-se terminantemente a responder a todas as perguntas que lhe fizeram. Isso apesar de suplificado durante 17 dias, frequentemente espancado e submetido à tortura do sono. Mesmo desmaiando sob a violência dos golpes recebidos, Veiga de Oliveira, em momento algum perdeu a noção da dignidade, como combatente pela democracia, e dos melhores, que é. O seu caso é um exemplo mais de que os verdadeiros patriotas resistem aos métodos brutais da PIDE e não há violências e torturas que os façam falar, aceitando o diálogo com os carrascos do povo português.

CONDENADOS NOS TRIBUNAIS FASCISTAS

Foram condenados respectivamente a dez e a nove meses de prisão correcional o desenhador JOSÉ MANUEL VILAR e o construtor civil JORGE FERREIRA ALVES, ambos acusados de pertencerem à Frente de Ação Popular, acusação de que aliás foram absolvidos no decurso de um julgamento caracterizado por testemunhos contraditórios.

JOSÉ CARLOS PRESO E CONDENADO

O destacado dirigente operário JOSÉ CARLOS, que se evadira em

1960 da fortaleza de Peniche, e que desde então vivera na clandestinidade, lutando contra o fascismo, foi preso e condenado a cinco anos de prisão. Posteriormente, como acima salientamos, foi hospitalizado por se achar muito doente.

UMA CARTA DO MDMP ÀS MULHERES ROMENAS

Na oportunidade da realização em Bucareste da Conferência Nacional das Mulheres Romenas, o Movimento Democrático das Mulheres Portuguesas enviou uma carta de saudação àquela conclave. Dela transcrevemos o seguinte trecho:

"Como sabeis, o povo português vive há 40 anos um regime de ditadura fascista, privado das liberdades mais elementares, explorado pelos monopólios nacionais e pelo imperialismo estrangeiro.

Como sabeis, nós vivemos, ao mesmo tempo, as conseqüências de uma guerra de genocídio, conduzida pelo governo de Salazar contra os nossos irmãos de Angola, Guiné e Moçambique.

A política de Salazar, inicialmente alinhada à de Mussolini e de Hitler, depois à de Franco e mais tarde ao bloco agressivo da NATO, está mais recente e estreitamente ligada à do governo revanchista e militarista de Bonn.

Toda esta situação é mantida ao preço de uma censura política e de uma atividade policial do Estado da Gestapo (PIDE), em todos os domínios da nossa vida: de perseguições constantes, de prisões sem culpa formada, de torturas, cada vez mais brutais, de julgamentos viciados, de pesadas condenações que vão até à prisão perpétua e mesmo ao assassinato de muitos dos nossos patriotas, entre os quais se contam várias mulheres.

A opressão e os sofrimentos insuportáveis, aos quais são submetidas as mulheres portuguesas derivam de tudo isso.

Votadas ao analfabetismo (em índices que vão de 70 a 90%), despojadas de todos os direitos sociais e políticos, obrigadas a consagrar todas as suas energias à luta pela subsistência, desde a mais tenra idade, nas piores condições de trabalho e de exploração (a mão de obra feminina representa mais de 1/4 de toda a mão de obra e os seus salários são 50% inferiores aos dos homens), — as mulheres portuguesas têm à sua frente uma complexidade de problemas a resolver e pela solução dos quais muitas vezes têm dado toda a sua vida."

A REPRESSÃO COLONIALISTA

Foi muito considerável a repercussão internacional da farsa de julgamento em que foram condenados a pesadas penas sete patriotas angolanos, acusados de pertencerem ao Movimento Popular de Libertação de Angola. Eis os nomes dos réus: HENRIQUE GUERRA, de 28 anos, estudante; JOSÉ TEIXEIRA LUCAS, de 24 anos, ex-oficial do Exército Português; MILTON ALMEIDA TAVIRA, de 31 anos, desenhador; JOÃO BAPTISTA, de 30 anos, empregado dos Correios; VICTORIA DE ALMEIDA E SOUSA, de 29 anos, estudante; ARMINDA CORREIA FARIA, de 45 anos, enfermeira; e ASTRIDE CECILIA DE CARVALHO, doméstica. Foram todos acusados de terem "participado em 1961 em Angola de várias atividades ilegais, nomeadamente da organização de reuniões subversivas, da obtenção de informações políticas úteis ao M.P.L.A. e de terem organizado atos de sabotagem e de terrorismo por conta dessa organização." Algumas das penas vão até 8 anos de prisão. Todos os reus se achavam há mais de um ano em Caxias onde foram submetidos à tortura. VICTORIA DE ALMEI-

DA E SOUSA foi de tal modo tratada que teve de ser internada num hospital psiquiátrico. ARMINDA FARIA sofre uma grave depressão nervosa e ASTRIDE DE CARVALHO acha-se também gravemente doente.

PORTUGAL DEMOCRÁTICO

solidário com os patriotas angolanos vítimas dessas violências, apela para todos os seus leitores no sentido de se associarem ao repúdio internacional contra a farsa de julgamento que os condenou e de enviarem os seus protestos às autoridades fascistas, particularmente ao "presidente" Tomás e aos ministros do Interior e da Justiça.

"OPERAÇÃO DE BUSCA"

A PIDE vem agora entremeando as "operações de busca" com as já tradicionais "operações stop". Uma das mais recentes foi realizada em Viana do Castelo com a colaboração da PSP. Brigadas desta passaram no dia 20 de abril, rigorosa busca em todas as pensões, restaurantes e tabernas da cidade. Nas últimas pediam a identidade de todos os presentes e forçavam-nos a colocar sobre as mesas todos os papéis e objetos que tinham nos bolsos. A justificação para a arbitrariedade foi a de que procuravam armas detidas ilegalmente, mas todos os papéis eram esquadrinhados... Nas pensões ocorreram episódios vergonhosos: a Polícia andou pelas retretes, copas e arrecadações não frequentadas pelos hóspedes. Mandou depois abrir todos os quartos e acordou quem dormia, seguindo-se a revista das malas e roupas penduradas. Alguns agentes da PIDE acompanharam e fiscalizaram a marcha da "operação".

PEDIDA EXPULSÃO DA O.I.T.

(Conclusão da 1.ª pag.)

A delegação da F.P.L.N. fez distribuir por entre as delegações nacionais presentes, centenas de exemplares impressos do referido memorando. A delegação teve contatos e conversações com as delegações governamentais ou sindicais da Argélia, França, Guiné, Itália, Suécia, Roménia, União Soviética, e de outros países, sobre o pedido de expulsão dos delegados salazaristas e a condenação da política fascista e colonialista portuguesa, que esmaga as mais elementares liberdades sindicais e democráticas e que impõe uma guerra bárbara aos Povos de Angola, Guiné e Moçambique em luta pela independência nacional.

A delegação da F.P.L.N. teve oportunidade de verificar, pessoalmente o interesse suscitado pelo memorando, nas delegações presentes. A maior parte das delegações manifestaram claramente, e por diversas formas, na Conferência, a sua simpatia e solidariedade ativas para com o combate e pelo triunfo das liberdades democráticas e sindicais em Portugal e pela conquista da independência nacional dos povos de Angola, da Guiné-Bissau e de Moçambique.

Pela primeira vez, os delegados governamentais foram interrogados por três vezes pela Comissão de Verificação dos Poderes. Somente o recurso à mentira permitiu evitar uma condenação imediata e irreparável por parte desta Comissão. Todavia a posição assumida pela Comissão de Verificação de Poderes da Conferência constituiu uma derrota, uma advertência séria relativamente ao futuro, para a representação salazarista.

Na Comissão de Aplicação das Convenções e Recomendações da Conferência várias delegações, entre as quais, a delegação argelina, citaram o memorando da F.P.L.N. na

Militantes da FPLN ouvidos pela ONU

Da Junta Revolucionária Portuguesa da F.P.L.N. recebemos o seguinte comunicado:

"Três militantes da F.P.L.N., José Ervedosa, Mário Moutinho de Padua e Manuel Alegre, foram ouvidos recentemente em Argel pelo Comité da ONU para a descolonização.

Estes três militantes da F.P.L.N. levaram ao Comité dos 24 a verdadeira voz do Povo Português.

Na reunião do dia 18, José Ervedosa, Major Piloto Aviador da Força Aérea Portuguesa, relatou a sua experiência em Angola: os bombardeamentos aéreos contra as populações indefesas, os massacres de mulheres, velhos e crianças, a revolta que a situação existente em Angola provocou no seu espírito de militar e patriota e as razões que o levaram a participar numa tentativa de insurreição contra o poder colonial fascista.

José Ervedosa contou as condições ilegais em que se verificou a sua demissão da Força Aérea e a sua prisão pela PIDE.

Referindo-se à inexistência em Portugal de possibilidades legais que permitam uma verdadeira manifestação de vontade nacional, o Major Ervedosa afirmou que o Povo Português, na sua esmagadora maioria, condena a criminoso guerra colonial. Um dos aspectos mais importantes do seu depoimento incidiu sobre a ajuda militar concedida pelas potências da NATO ao governo fascista de Salazar.

Os delegados presentes elogiaram a coragem e o patriotismo do Major José Ervedosa, cujas declarações publicadas em parte pela imprensa argelina, foram consideradas como

um testemunho da mais alta importância para o conhecimento da situação criada em Angola pela guerra colonial salazarista.

Mário Moutinho de Padua e Manuel Alegre intervieram na sessão do dia 21.

Mário Moutinho de Padua, alferes miliciano médico, que foi o primeiro desertor do teatro de operações em Angola, começou por oferecer ao Comité dos 24, como documento e testemunho pessoal, o seu livro "Guerra em Angola". Falou dos horrores a que foi obrigado a assistir, do atraso económico e social em que vive o Povo Angolano, do ambiente de terror reinante em Angola e da opressão a que igualmente está submetido o Povo Português.

"Perante uma situação como a da guerra em Angola, disse Mário Moutinho de Padua, a deserção era o único caminho humanamente justo que eu podia escolher."

Manuel Alegre, membro da direcção da F.P.L.N., que sendo oficial miliciano foi desmobilizado e entregue à PIDE em Luanda, começou por afirmar que a opressão dos povos de Angola, Guiné e Moçambique passa pela opressão do próprio povo português. Perante os delegados do Comité especial da ONU, Manuel Alegre contou como ouviu alguns oficiais fascistas vangloriarem-se das barbaridades que praticavam e falou do estado de revolta e descontentamento que lavravam nas próprias Forças Armadas. Narrou a revolta de dois pelotões em Nambuangongo e o seu trabalho na criação das primeiras Juntas de Ação Patriótica em Angola, assim

(cont. na pag. 7)

um regulamento muito estrito que dificulta a esse respeito a tomada de posição da Conferência e graças à cumplicidade de delegados governamentais e dos trabalhadores de um número reduzido de países.

Todavia, este ano, a Conferência deu mais um passo em frente na condenação das práticas fascistas e colonialistas em Portugal, em Angola, Guiné, Moçambique e outras colónias.

A Frente Patriótica de Libertação Nacional de Portugal consciente da importância, no plano diplomático e político, nacional e internacional, da expulsão da OIT dos delegados salazaristas, que se substituíram aos autênticos representantes dos trabalhadores e dos povos de Portugal, de Angola, de Moçambique, da Guiné-Bissau e de outros países não se poupará a esforços para alcançar este objetivo.

A Frente Patriótica de Libertação Nacional de Portugal, tem também a certeza de que a expulsão dos delegados salazaristas da OIT é uma ajuda eficaz à luta dos povos, quer de Portugal, quer de Angola, Guiné e Moçambique, cria condições para a expulsão definitiva dos opressores fascistas e colonialistas de Salazar dos respectivos países, e o estabelecimento de relações normais com todos os povos e governos livres.

RADIO VOZ DA LIBERDADE

Ouçã a emissora da Frente Patriótica de Libertação Nacional às quartas e sábados, a partir das 0,15 (hora de Portugal) em ondas curtas de 26 31 e 49 metros e médias de 230 e 320 metros.

UMA EMISSORA A SERVIÇO DO POVO PORTUGUÊS

NOTAS E COMENTARIOS

(Conclusão da pág. 3)

do petróleo e que contro-
através das suas filiais o
petróleo angolano, vai também
contar com a mão da
ANGOL e da PETRANGOL
ligadas à SACOR e à SO-
SAP — das áreas petrolífe-
do Congo e do Quanza.
significa também que en-
as consequências insigni-
ficientes do funcionamento
essa engrenagem figurará a
sumptuosa gorgeta que o tu-
larão fascista Santos Costa
receberá pelo trabalho que lhe
cumprirá realizar como ele-
mento inteiramente devotado
aos interesses dos seus patrões
de Londres e Nova York, em-
hora oficialmente o comando
do petróleo angolano seja
belga... Para que os leitores
avaliem bem da grandeza da
"operação" em preparo basta
ver que as duas empresas —
ainda a ANGOL e a PE-
TRANGOL — se compromete-
ram a investir em Angola

1.500.000 contos só no perí-
do inicial da concessão.

DESABAFO DE JUIZ
FASCISTA

No dia 14 de Junho p.p. o
Tribunal Plenário de Lisboa
foi palco de uma cena inusi-
tada que as agências noticio-
sas internacionais se apressa-
ram a transmitir para o mun-
do inteiro. Realizava-se ali
um julgamento importante: o
de Rogério Rodrigues de Car-
valho, um patriota sobejamen-
te conhecido pela coragem e
pela tenacidade com que vem
lutando, nas mais difíceis con-
dições de clandestinidade,
contra o fascismo. Prestigio-
so dirigente sindical, Rogério
de Carvalho é um desses dem-
ocratas a quem a PIDE vota
um ódio mortal e sabia-se
que desde a sua prisão, no
final de 1965, fôra por diver-
sas vezes submetido à tortura
e alvo das maiores violências
e brutalidades. Não é de es-
tranhá-lo assim que o seu jul-
gamento fôsse aguardado com
expectativa não apenas em
Portugal mas até no Estran-
geiro, onde numerosas perso-
nalidades e organizações dem-
ocráticas se mantinham
atentas, acompanhando a
marcha do caso.

E se alguma dúvida subsis-
tia ainda em certos espíritos
sobre a imensa importância
dos movimentos de solidarie-
dade internacional às vítimas
da PIDE, o próprio juiz que
presidiu ao julgamento, o de-
sembargador Almeida Moura,
encarregou-se de dissipá-la. O
magistrado fascista perdeu a
cabeça ao ver na sala, como
observador, um advogado bri-
tânico, Lord Anthony Giffold.
Exaltando-se, revelou ter re-
cebido uma volumosa corres-
pondência do estrangeiro, es-
pecialmente de Inglaterra, re-
lacionada com o julgamento.
Não compreendia — disse —
como pessoas de outros países
se imiscuíam em assuntos que
diziam apenas respeito à "jus-
tiça portuguesa". E voltan-
do-se para Lord Giffold, de-
sabafou a sua cólera: "Este
tribunal não obedece a nin-
guém. Nenhuma voz entra
aqui a dar-nos sugestões!"

O advogado inglês perma-
neceu impassível. Mas na
própria sala do Tribunal hou-
ve quem não conseguisse su-
focar frouxos de riso. Como
se o próprio juiz não fôsse
um dócil instrumento da volun-
tade de Salazar, como se aque-
la paródia dramática de jul-
gamento tivesse algo a ver
com uma Justiça digna desse
nome...

Rogério de Carvalho foi
condenado a seis anos de pri-
são e aplicaram-lhe as fami-
geradas "medidas de seguran-
ça". Mas, só por si, o des-

Colonialismo e anticolonialismo

A ANI, como todos sabem, é ape-
nas um dos escritórios de propa-
ganda do regime de Salazar. E um
escritório de segunda ordem, que
opera à base do mimeógrafo e do
papel chupão. Mas apelidam-na
de agência noticiosa. Para fazer
jús a essa pomposa classificação, a
ANI distribui pela imprensa da me-
trópole e das colónias, os seus bo-
letins mimeografados, cheios de noti-
cias feitas no "Secretariado Nacio-
nal da Informação" e outros escritó-
rios de maior categoria, nos ministé-
rios, etc.

Como a distribuição é lenta e ir-
regular, dependendo da natureza e
frequência dos meios de transporte
disponíveis, a ANI não enfrenta
problemas de urgência e competição
como os que conhecem as
autênticas agências noticiosas.
Isso permitiu à ANI uma
curiosa especialização. É ela a do
noticiário psicológico, isto é, um ti-
po de noticiário cujo objetivo essen-
cial não é informar mas influen-
ciar: incutir no espírito dos leito-
res ideias "adequadas" a respeito
dos problemas nacionais. Sobre
as guerras coloniais, a ANI divul-
ga geralmente comunicados oficiais,
de fonte militar, não na forma ori-
ginal mas "corrigidos", "tratados",
reelaborados pelos seus escrivães es-
pecializados. Por exemplo, veja-se
a seguinte notícia divulgada no
boletim de 21 de julho:

"LISBOA, 21 (ANI) — Não so-
freram mortos em combate no pe-
ríodo compreendido entre 10 e 16
de julho as Forças Armadas Por-
tuguesas que atuam na Guiné, infor-
ma o comunicado oficial militar on-
tem distribuído em Bissau. A-
crescenta o comunicado que os ter-
roristas continuam a procurar intimidar
as populações pacíficas tendo
atacado diversas aldeias, raptando
alguns habitantes, matando um em
São José junto à fronteira norte,
cujos habitantes aliás reagiram ao
assalto e perseguiram depois os ban-
doleiros, juntamente com as Forças
Militares Portuguesas, que entretanto
haviãam accorrido. Próximo a
Catore pequeno grupo de bandolei-
ros interceptou dois taxis, roubando
dinheiro e outros haveres dos passa-
geiros.

"Informa depois o comunicado
que as Forças Militares Portuguesas
"estiveram empenhadas nas habi-
tuais missões de vigilância e fisca-
lização, buscando terroristas infil-
trados, destruindo seus refúgios em
matas, designadamente em Olossaro,
ao sul de Farim, a leste da Ponta do
Inglês e em Bolumbato".

"Também em Angola — segundo
comunicado do comando-chefe on-
tem distribuído em Luanda — as
forças portuguesas não tiveram
mortos, sofrendo apenas nove feridos
no período de 12 a 18 de julho.
Destaca-se a atividade levada a e-
feito nas regiões das Serras da Mu-
caba, do Pingano e da Quibinda,
dos vales dos rios Anguila, Lunda e
Damba e nas margens do Rio Dan-
ge, em consequência da qual os
terroristas sofreram baixas, dest-
rução de refúgios e perda de ma-
terial. Conclui o comunicado: —

contrôle do juiz fascista valeu
por uma confirmação da fôr-
ça da solidariedade interna-
cional e do quanto ela inco-
moda Salazar e a sua cama-
rilha. As cartas, os abaixo-
assinados, os telegramas de
protesto, toda a mobilização
de esforços a favor dos prê-
sos, que a muita gente parece
pouco menos do que inútil,
têm valor inestimável. Rei-
teramos assim, o apêlo tantas
vezes, formulado: mais car-
tas, mais abaixo assinados,
mais telegramas!

"Registaram-se algumas reações e
flagelações contra a atividade das
forças portuguesas, nomeadamente
nas regiões da Serra da Mucaba, va-
le do Rio Loche, itinerários de Za-
la e Bela Vista e Cambamde Semba,
bem como ataques a trabalhadores
nas fazendas de Alto Fune e Aguas
Belas, ambos sem consequências".
(fim da transcrição).

Como se vê, as populações da
Guiné — não as tropas portuguesas
— são assediadas por bandoleiros
que roubam, matam e fogem. As
forças portuguesas apenas fiscaliz-
am de largo os malfeteiros, cuidan-
do de que não molestem os civis,
que aliás se defendem muito bem
por seus próprios meios. Com res-
peito a Angola, o que impressiona
é a diversidade de regiões infesta-
das de "bandoleiros".

Em Moçambique os rebeldes não
são melhores que na Guiné. Como
se infere da notícia a seguir trans-
crita, exercem o seu sadismo prin-
cipalmente sobre as populações, rap-
tando, ferindo e assassinando, e as
forças militares empenhadas na vi-
gilância não tiveram, em quinze
dias, mais de quatro mortos. Uma
bagatela! Eis a notícia:

"LOURENÇO MARQUES, MO-
ÇAMBIQUE, 16 (ANI) — Sessenta
e oito mortos, 13 feridos e 115
prisioneiros sofreram durante a pri-
meira quinzena de julho os bandos
de guerrilheiros da "FRELIPO"
que operam nas regiões dos distri-
tos de Cabo Delgado e do Niassa,
confinantes com a Tanzânia, segun-
do revela o comunicado oficial das
Forças Armadas Portuguesas, on-
tem distribuído.

"Refere o mesmo comunicado que
as forças portuguesas em operações
nos dois distritos do norte de Mo-
çambique, durante o referido perí-
odo, tiveram apenas quatro mortos
em combate, mas acrescenta que os
terroristas assassinaram 14 civis, fe-
riram 3 e raptaram 25, continuando
a ser assim a população a sua
principal vítima.

"As principais operações levadas
a efeito entretanto pelas Forças Ar-
madadas Portuguesas empenhadas na
luta contra os guerrilheiros tiveram
por objetivo (no distrito de Cabo
Delgado) as regiões da Mutamba
(Planalto dos Macondes) e a oeste
de Quitarejo e (no distrito de Nias-
sa) as regiões do norte de Nova
Coimbra e a confluência dos rios
Luatize e Lugena" (fim da trans-
crição).

Outra notícia insere no boletim
de 29 de julho diz-nos:

"LISBOA, 29 (ANI) — Seis
mortos em combate sofreram as
forças Armadas Portuguesas na luta
contra os terroristas da Guiné, in-
forma o comunicado oficial militar
distribuído em Bissau, relativo ao
período de 17 a 23 de julho. A-
crescenta o comunicado que os ban-
doleiros prosseguem seus atos de
banditismo e terrorismo junto às
populações que pretendem intimidar,
tendo flagelado sem consequências
pequenas aldeias como a de Barro,
na fronteira norte, Friamé e Nova
Coimbra, no sul, e Madina do Boe
no leste. Os terroristas raptaram
também três habitantes de Nham-
balam, localidade situada a oeste de
São Domingos, junto à fronteira
norte, mas a população reagiu e per-
seguiu o grupo raptor, conseguindo
recuperar uma das vítimas antes
que os bandoleiros atravessassem a
fronteira e se refugiassem no Se-
negal.

"Entretanto — continua o comu-
nicado — "as Forças Armadas
prosseguiram suas habituais missões
de fiscalização e vigilância, pro-
curando detectar grupos terroristas
infiltrados e destruir seus refúgios
ocultos nas densas zonas florestais,
tendo como resultado destas ações al-
guns reencontros com o inimigo que
sofreu 23 mortos confirmados, além
de outras baixas prováveis e dest-
rução de refúgios".

"Por seu turno, o comando-chefe
da Província de Angola, distribuiu o
comunicado referente ao período
de 19 a 25 de julho, informando
que as Forças Armadas — que no
período apenas sofreram um morto
e dois feridos em combate — "le-
varam a efeito várias ações visando
não só a detecção da infiltração de
grupos bandoleiros bem como a sua
confinação ou destruição nas zonas
de refúgio", sendo de salientar as
realizadas pelas forças terrestres
nas regiões de Quiombe, Iavo, Fuca-
ba e Pingano, vales dos rios Loche,
Luimba e Machica e região a no-
roeste de Teba."

MILITANTES

(Conclusão da pág. 8)

como a preparação de uma revolta
militar que tinha como objetivo ati-
vo derrubar o poder fascista e aca-
bar com a guerra.

Manuel Alegre falou depois da
sua prisão pela PIDE, dos seis me-
ses que passou na Fortaleza de S.
Paulo em Luanda, do seu contacto
dentro da prisão com os escritores
LUANDINO VIEIRA, ANTONIO
JACINTO e ANTONIO CARDOSO
e do modo desumano e bárbaro co-
mo são tratados os patriotas angola-
nos presos.

Exemplificou os vários aspectos
da luta do Povo Português contra a
guerra colonial e enunciou o prin-
cípio, defendido pela F.P.L.N.,
de que os Povos das colónias são os
aliados naturais do Povo Português
no combate pela liberdade. Refe-
rindo-se ao fato do governo salaza-
rista acusar de traição os democra-
tas portugueses que se opõem à
guerra colonial, Manuel Alegre
disse:

"Quem são afinal os traidores?
Os que lutam pela liberdade e pela
dignidade do homem ou os que to-
dos os dias assassinam a liberdade
e os direitos humanos em Angola,
na Guiné, em Moçambique e em
Portugal?"

No final das suas intervenções,
José Ervedosa, Moutinho de Padua
e Manuel Alegre foram calorosamen-
te saudados pelos representantes da
Tanzania, da Bulgária, da Dinamar-
ca, da Austrália, do Iraque, e de
outros países. Também Amílcar
Cabral saudou muito fraternalmente
os três petionários portugueses,
cujos depoimentos, pela sua objeti-
vidade, pela sua dignidade e pelo
seu patriotismo, impressionaram to-
dos os membros presentes.

Como disseram vários membros
do Comité dos 24, José Ervedosa,
Mario Moutinho de Padua e Ma-
nuel Alegre, pelo seu comportamento
contra a guerra colonial e pela
dignidade dos seus depoimentos,
honraram Portugal e o Povo Por-
tuguês."

OS DINHEIROS
DA PONTE

Confirmam-se as notícias
segundo as quais a nova Pon-
te sobre o Tejo será a ponte
mais rendosa do mundo. Nas
primeiras vinte e quatro hor-
as em que foi paga portage-
m durante 20 anos. A
te nada menos de 16.959
veículos que pagaram o total
de 362.631 escudos. Se a
média se mantiver, Salazar
terá arrecadado no fim do
ano, a polpuda soma de
132.000 contos.

Convém recordar que está
previsto o pagamento de por-
tagem durante 20 anos. A
ponte seria assim um gran-
de negócio para a ditadura
se ela sobrevivesse, o que,
felizmente, não acontecerá.

PORTUGAL
DEMOCRATICO

DIRETOR RESPONSÁVEL
Otávio Martins de Moura
SUCURSAL

RIO DE JANEIRO: Rua General
Pedra, 215 — Tel.: 43-0202

REPRESENTANTES

RECIFE: Manuel Luis Fernan-
des e Angelo Ferreira da Silva
— Rua Real da Torre, 819 — 1.º

CURITIBA: Antonio Serpa —
Rua Dr. Muriel, 712

LONDRINA: Julio Duarte —
Edifício Centro Comercial —
Apto. 141

PELOTAS: Heitor M. Bandeira
— Rua 7 de Setembro, 312 —
Pelotas — Rio Grande do Sul

INGLATERRA: Portuguese And
Colonial Bulletin — 10 Fentiman
Road, London, S.W. 8

BRUXELAS: Carlos Figueira —
Rue Jolly, 77 Schaarbeek —
Bruxelles 3

HOLANDA: ANGOLA COMITE
— Vinkenstraat 13 — Amster-
dam — C.

CANADA: Portuguese Canadian
Democratic Association 10 —
Eden Place Toronto 2B —
Ontário

A. dos Santos
764 d'Outremont Ave. — Apt. 1
Montreal 15, P.Q.

VENEZUELA: Junta Patriótica
Portuguesa — Apartado 8287 —
Caracas

URUGUAI: Junta Patriótica Por-
tuguesa del Uruguay Casla de
Correo n.º 2.128 — Distrito 5.º —
Montevideo

CHECOSLOVAQUIA: João Ri-
beiro — Postovná Urada —
Praha

FRANÇA: Grupo de Amigos de
"Portugal Democrático" — 29,
Rue St. André des Arts. —
Paris — 6.º eme.

REDAÇÃO:

Rua Conselheiro Furtado, 191
Sala 2 — Tel.: 37-0933 —
São Paulo
Caixa Postal 6248

EXPEDIENTE:

Dias úteis: das 19 às 22 horas
Sábados: das 15 às 19 horas
Número avulso . . . Cr\$ 100
Assinatura anual . . . Cr\$ 1.500

ANO X - N.º 110 - Setembro 1968

Os artigos assinados traduzem
apenas a opinião de seus auto-
res, sendo por conseguinte de
sua exclusiva responsabilidade.



Committee to sponsor a
PORTUGUESE AMNESTY

**CONFERENCIA DA
AMNISTIA NO
CANADA**

A comissão organizadora da Conferência da Anistia aos Presos Políticos Portugueses que vai realizar-se em Toronto, no Canadá, marcou já a data em que se realizará a sessão inaugural do conclave: 28 de Outubro.

A medida que se desenvolvem os trabalhos de promoção da Conferência aumenta o interesse da opinião pública canadiana pelo objetivo da mesma: a solidariedade às vítimas do fascismo português. É com espanto crescente que o Canadá vem tomando conhecimento da constante violação dos direitos humanos em Portugal, da farsa dos julgamentos realizados nos tribunais fascistas, das torturas que a PIDE inflige aos presos políticos e da monstruosidade jurídica que são as medidas de segurança.

Por outro lado, a comunidade portuguesa do Canadá pela sua ação direta contribui para o esclarecimento do povo canadiano sobre a conjuntura política portuguesa.

As mais destacadas personalidades do Canadá deram já o seu apoio à Conferência, entre as quais T. C. Douglas, líder do New Democratic Party e numerosos professores universitários, políticos, jornalistas e membros da Igreja. Damos, abaixo os nomes de alguns:

Rev. J. R. Hord; Chandler Davis; Leslie S. Dewart; Fernand D'oust; Hans Blumenfeld; Douglas Ward; Rev. John Morgan; Pierre Berton; George Burt; Marck Mac Guigan; Pierre Vadeboncoeur; John Robert Colombo; Rev. G. V. Kimball; Rabbi W. Gunther Plaut; Hugh L. Keenleyside; C. B. Macpherson; Rev. Clarke MacDonald; T. C. Douglas M. P.; Barker Fairley Jean-Marie Bedard; Dave Broadfoot; C. S. Jackson; Barry Mather M. P.; Northrop Frye; Charles Hanly; K. A. Smith; Therese Casgrain; Murray Thomson; George Hagar; W. M. Kilbourn; Kenneth McNaught; Miriam Waddington; C. W. Gonick; J. Gordin Kaplan; Kathleen Savan; R. St. John Mardonald; Edith Guild; James Renwick M. P. P.; Mary Brewin; Brewster Kneen; John Farrina; Gerry Gallagher.

O 5 DE OUTUBRO

A exemplo de anos anteriores, o Centro Republicano Português promoverá em São Paulo as comemorações do próximo aniversário da implantação da República em Portugal. Está prevista a realização no auditório da Biblioteca Municipal, no dia 4, às 20 horas, de uma conferência do prof. Paulo Duarte. O tradicional jantar de confraternização efetuar-se-á no dia 5. Aceitam-se inscrições na sede do Centro à Rua Conselheiro Furtado, 191, ou pelo telefone 37-09-33, depois das 19 horas.

VOZES QUE NÃO CHEGAM AO CÉU

FRANCISCO VIDAL

Como todos sabem, e mais que ninguém o sofrido povo português, posto "na canga" há tantos anos, comemoraram-se no dia 28 de Maio passado quatro décênios de ditadura ou de "Estado Novo", como os próceres do mesmo gostavam de chamar-lhe durante uma certa época.

Realizaram-se as mais festivas comemorações, incluindo a inauguração da "Ponte do Diabo", a que me referi em artigo anterior. Não faltaram, nestas comemorações, os habituais discursos de enaltecimento ao poder pessoal do ditador e às "obras" da ditadura. Não sei se o próprio "Diabo" também botou fala, pois as notícias que nos chegam a esse respeito a este lado do Atlântico são, felizmente, raras e sucintas — apesar dos esforços da propaganda do sr. Batista — para nos trazer a felicidade, aliás, pois nos poupam o estado permanente de náusea, a que nos leva tudo o que, no âmbito oficial, se passa em nosso País. Possivelmente o homenzinho não falou, até porque, segundo informações recentes, já não está em estado de fazê-lo, não dizendo "coisa com coisa". Falaram porém por ele os seus áulicos, aqueles a quem, pondo-os embora igualmente "na canga", atira umas migalhas do poder e muitos milhares de contos por ano; entre eles decerto o famigerado Tomaz, o que é de Deus no nome e do Diabo na alma, nomeado há anos Chefe do Estado, desse Estado de atrasados mentais que é o Portugal de hoje.

Portugal Democrático de agosto dá-nos uma expressiva foto do "Presidente", que como sabem é conhecido por "pudim flau" — pelo fato de tomar a forma que se lhe quer dar e tremer sempre sem nunca cair — apertando a mão do arcebispo de Braga que, sorridente, não tem pejo de engajar a Igreja que representa na obra diabólica representada, pelo menos oficialmente, pelo outro. Em segundo plano — é claro — vêm-se as faces alvares de três ou quatro personagens que, pela expressão de estupidez que revelam, só podem ser ministros do ditador. E, o que disse o arcebispo? Basta ler o Portugal Democrático para se ter idéia das sandices pronunciadas. Começou ele por perguntar o "porquê da cerimônia", e que sem dúvida é uma boa pergunta, pois na realidade, qual a razão de se celebrar com jubilo o luto de um povo? Depois, sem nenhuma espécie de vergonha, responde ele mesmo ao que perguntou, certamente com receio que os presentes por demais bestificados pelo uso e abuso da cega obediência ao "chefe", não soubessem responder de acordo com as "normas oficiais". Diz ele então que os "últimos quarenta anos da história de Portugal são capítulos densos, são páginas de ansiedade, de sangue,

de vibração, da restauração do passado de fidelidade a um dever, de pacificação geral, de paz religiosa". E tem razão em quase tudo o que diz, o arcebispo!

Com efeito os últimos quarenta anos da história de Portugal — tão semelhante aos sessenta anos de dominação filipina — são capítulos densos, densos de estupidez e de maldade, tão densos que o povo quase perdeu o hábito de olhar através dessa densidade para os outros povos e para a liberdade que eles têm, povos bem mais felizes que o nosso; são páginas de ansiedade que todos têm em ver o fim daquela farsa, de poderem contar com um pouco de verdade, com homens a sério, com uma política realista; são páginas de sangue o sangue dos patriotas que se têm oposto à opressão e que são atirados para as cadeias mais infectas, isto sem falarmos nos outros patriotas que, nas colônias, são mortos aos milhares apenas por desejarem a libertação de suas pátrias; são páginas de vibração que o povo sentiu nos raros momentos em que vislumbrou a queda do regime, como durante a campanha do malogrado General Humberto Delgado; são páginas da restauração do passado, naturalmente que são, pois na realidade vive-se hoje na terra como na Idade Média, com meia dezena de senhores dispondo a seu bel-prazer de milhões de escravos; de fidelidade a um dever, certo, ao dever de obediência a tudo quanto o "chefe" manda fazer, pondo de lado qualquer resquício de iniciativa pessoal; de pacificação geral, também certo da pacificação que se consegue nos cemitérios, pois nada mais é o Portugal de hoje que um vasto cemitério de idéias; e "the last but not the least", são, diz ele, páginas de paz religiosa único ponto em que não estamos de acordo com tão subserviente servidor do regime, a menos que ele esteja esquecendo, como é evidente que está, a perseguição que tem sido movida àquelas que, embora Princesas da Igreja como ele mesmo, não concordam com o ditador. Esqueceu-o? Não se lembra mais do episódio do Bispo do Porto? Possivelmente tendo aderido de corpo e alma à ditadura, pensa que é mais importante o regime que a sua Igreja. Que lhe havemos de fazer? Se esqueceu os ensinamentos recebidos, se olvidou o que lhe ensinaram os seus chefes, se não se lembra das lições da História apenas poderemos dizer que há vozes que não chegam ao céu, a que não chegam também as daqueles, seus emulos, que deram origem ao provérbio... Se fôssemos católicos ainda acrescentaríamos a frase que se usa para afugentar o demônio, que se usou no passado e que se usa neste passado tão querido em que agora vegeta Portugal, e diríamos ao pobre de espírito que tão mal representa a Igreja: Vade retro, Satana...

IMPOSTO SOBRE O VINHO

Em consequência da taxa de 4 tostões que incide agora sobre cada litro de vinho vendido, contam-se por muitas centenas as tabernas que em Portugal já fecharam as suas portas ou vão fechá-las. Só na Mortágua o seu número ultrapassa já as três dezenas. O pior, alegam os taberneiros, não é o imposto, é a forma como as autoridades o aplicam. Efetivamente é a Junta Nacional do Vinho que fixa a cada estabelecimento a quantidade de vinho que deverá vender. Assim se a Junta decretar que determinado estabelecimento vende oito mil litros de vinho, mas só vender quatro mil, a taxa dos 40 centavos é cobrada sobre os oito mil e o imposto passa a ser de oito tostões por litro...

A revolta entre os donos das tabernas é grande e a maioria trata rapidamente de fechar as portas ou mudar de fequício.

"Seepe Information"

O excelente boletim que a União dos Estudantes Portugueses da França publicava em Paris publicou em Junho o seu último número. Mas desaparece para dar lugar à publicação de um jornal de âmbito maior: SEEPE INFORMATION, isto é, o órgão do Secretariado dos Encontros dos Estudantes Portugueses no Estrangeiro.

O novo jornal será orientado para a divulgação no exterior de tudo o que se passa em Portugal e particularmente na Universidade. A orientação será a que foi definida por ocasião do I Encontro de Estudantes Portugueses no Estrangeiro. A Redação terá a sua sede em Bruxelas e está prevista a publicação de três a quatro números por ano.

Pequenas Notícias

LEITOR:
SE QUERES
QUE
ESTA TRIBUNA
DE COMBATE
AO FASCISMO
PORTUGUÊS
CONTINUE
SENDO
PUBLICADA
ENVIA-NOS
A TUA
AJUDA

- O governo do Congo (Brazzaville) apresentou queixa nas Nações Unidas contra Portugal por violação de espaço aéreo e bombardeamento de uma aldeia fronteiriça.
- O Ministério dos Negócios Estrangeiros distribuiu à imprensa um documento em que procura refutar aquilo que o mundo inteiro conhece: a existência do trabalho forçado nas colônias portuguesas. O objetivo desse arrazoado é refutar uma queixa apresentada por Ghana na Organização Internacional do Trabalho.
- O secretário geral das Nações Unidas, U Thant continua a ser alvo de insistentes ataques na imprensa de Lisboa, devido aquele alto funcionário ter enviado um ofício ao governo português esclarecendo que os Serviços Jurídicos da ONU não aceitam as objeções do Governo de Lisboa à Resolução do Conselho de Segurança que autorizou a Inglaterra a deter os petroleiros que se dirigiam ao porto da Beira.
- A imprensa portuguesa continua atacando os membros da seita das Testemunhas de Jeová, pregando a intolerância religiosa.
- Numa exposição de material apreendido aos patriotas guineenses, moçambicanos e angolanos realizada em Lisboa, aparecem numerosas armas de procedência americana e inglesa.

- O fato vem confirmar que uma das fontes de abastecimento de material de guerra dos guerrilheiros nacionalistas continua a ser o próprio exercito português.
- Segundo um comunicado da FRELIMO, os soldados negros integrados nas guarnições do distrito do Niassa foram totalmente substituídos por soldados brancos, pois a tropa moçambicana integrada no exercito português não inspira confiança às autoridades de Lourenço-Marques.
- O ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira, visitará a Alemanha Federal em meados de Setembro.
- O Movimento Nacional Feminino, organização fascista, que trabalha em íntima ligação com Salazar, projeta estender as suas atividades aos núcleos portugueses no Exterior, particularmente ao Brasil.
- Vai ser constituído um novo aerodromo perto de Évora. Embora se afirme que o objetivo da iniciativa é fomentar o turismo, afirma-se que esse campo de aviação se destina a servir de ponto de apoio à base aérea alemã de Beja.
- Segundo um memorial da República de Zambia, enviado à ONU, o bombardeamento de Chipatola pelas forças portuguesas, foi um ato de agressão deliberado.

- Na região de Pinda, em Angola, foi perfurado um novo poço de petróleo. Obviamente, toda essa riqueza é controlada pelos monopólios estrangeiros.
- O "presidente" Tomás deverá visitar a Guiné-Bissau em Janeiro ou Fevereiro de 1967. Tem-se como certo que não se afastará da capital da colónia.
- Correspondendo a um pedido formulado por Salazar, o Vaticano instituiu em Portugal um "ordinariato castrense" que se destina a superintender a atividade dos 170 capelães militares em serviço. O escolhido para as funções de Prelado Castrense foi o cardeal Cerejeira, cujas posições colonialistas são conhecidas.

PORTUGAL DEMOCRATICO
R. Cons. Furtado, 191 — SP. Brasil
Endereços de Assinantes